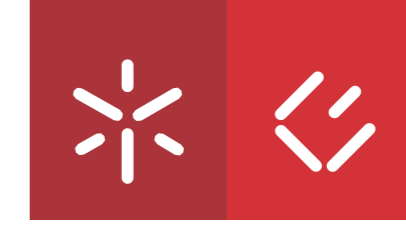




O impacto da Covid-19 na qualidade da democracia portuguesa

Carlos Manuel da Silva Pereira Pinheiro de Pinho do

UMinho | 2022



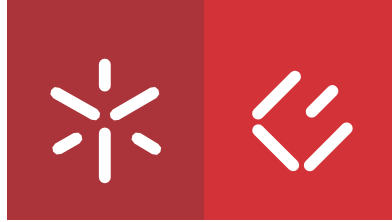
Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Carlos Manuel da Silva Pereira Pinheiro de Pinho

**O impacto da Covid-19 na qualidade da
democracia portuguesa**

abril de 2022



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Carlos Manuel da Silva Pereira Pinheiro de Pinho

O impacto da Covid-19 na qualidade da democracia portuguesa

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Ciência Política

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Ana Patrícia Costa Fernandes
Professor Doutor Miguel Ângelo Vilela Rodrigues

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição

CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Um profundo agradecimento à Senhora Professora Doutora Ana Patrícia Costa Fernandes e ao Senhor Professor Doutor Miguel Ângelo Vilela Rodrigues por terem aceitado o convite de orientação e por terem caminhado comigo lado a lado. A Vossa orientação foi de estimado valor, os Vossos conselhos foram imprescindíveis e da maior sapiência. O meu eterno obrigado!

Aos meus colegas de mestrado e amigos Alzira de Sousa Monteiro, Beatriz Borges Rodrigues e Marco Matos Esteves agradeço o companheirismo, o altruísmo e a generosidade que tiveram para comigo.

Ao meu amigo Filipe Celestino Silva agradeço as muitas horas que disponibilizou para me ouvir e aconselhar.

Aos mais importantes da minha vida, os meus pais, a minha irmã e os meus avós, dirijo o maior dos agradecimentos. A eles devo-lhes a minha vida e aquilo que sou. Amo-vos!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

O IMPACTO DA COVID-19 NA QUALIDADE DA DEMOCRACIA PORTUGUESA

RESUMO

O nosso trabalho tem como objetivo perceber os efeitos provocados pela doença Covid-19, enquanto choque exógeno, na avaliação da qualidade da democracia portuguesa, considerando dois conceitos essenciais no domínio da Ciência Política: a democracia e a cultura política. Da conjugação desses dois elementos resulta uma avaliação da democracia, através de um conjunto de indicadores formados pelas perceções da população. No nosso estudo, os indicadores – confiança no governo, confiança no parlamento, confiança nos partidos, confiança no sistema de justiça, satisfação com a democracia e interesse político dos cidadãos – são expostos ao impacto da pandemia, permitindo-nos analisar o seu efeito na qualidade da democracia portuguesa. Na componente empírica do estudo, as hipóteses de investigação, elaboradas com o suporte teórico da literatura, serão validadas pelas variáveis analisadas, compostas por um conjunto de dados recolhidos durante o período compreendido entre os anos dois mil e dois mil e vinte e um. Para se conseguir analisar o impacto da pandemia aplicamos a técnica das séries temporais interrompidas. Os resultados permitem-nos concluir que o impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19 teve um efeito positivo na qualidade da democracia portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Covid-19, Portugal, Qualidade da democracia

THE IMPACT OF COVID-19 ON THE QUALITY OF PORTUGUESE DEMOCRACY

ABSTRACT

Our work aims to understand the effects caused by the Covid-19 disease, as an exogenous shock, in the assessment of the quality of portuguese democracy, considering two essential concepts in the field of Political Science: democracy and political culture. The combination of these two elements results in an evaluation of democracy, through a set of indicators formed by the perceptions of the population. In our study, the indicators – trust in government, trust in parliament, trust in parties, trust in the justice system, satisfaction with democracy and citizens' political interest – are exposed to the impact of the pandemic, allowing us to analyze its effect on quality of portuguese democracy. In the empirical component of the study, the research hypotheses, elaborated with the theoretical support of the literature, will be validated by the analyzed variables, composed by a set of data collected during the period between the years two thousand and two thousand and twenty-one. In order to analyze the impact of the pandemic, we apply the technique of interrupted time series. The results allow us to conclude that the impact of the pandemic caused by the Covid-19 disease had a positive effect on the quality of Portuguese democracy.

KEY WORDS: Covid-19, Portugal, Quality of democracy

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
PARTE I - REVISÃO DA LITERATURA	6
Capítulo 1. Enquadramento da temática	7
1.1. Contextualização conceptual	7
1.2. Cultura política	9
1.3. Democracia	12
Capítulo 2. Estado da arte	17
2.1. Apoio político	17
2.2. Confiança nas instituições políticas	24
2.3. Satisfação com a democracia e interesse político	33
2.4. Democracia e Covid-19	38
PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO	42
Capítulo 3. Metodologia	43
3.1. Objetivo e âmbito do estudo	43
3.2. Modelo de análise	45
3.3. Hipóteses de investigação	47

3.4. Estratégia de estimação	50
Capítulo 4. Resultados	56
4.1. Resultados estatísticos descritivos	56
4.2. Matriz de correlação	64
4.3. Resultados estatísticos inferenciais	65
CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
ANEXO	92
Anexo I - Conceções de democracia	93
Anexo II - Princípios e valores democráticos	94

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - <i>The conceptual framework</i>	19
Figura 2 - Nível de confiança no Governo português	31
Figura 3 - Nível de confiança no Parlamento português	31
Figura 4 - Nível de confiança nos partidos políticos portugueses	32
Figura 5 - Nível de confiança no sistema de justiça português	32
Figura 6 - Nível de satisfação com a democracia portuguesa	37
Figura 7 - Nível de interesse político dos portugueses	37
Figura 8 - Modelo de análise	46
Figura 9 - Resultado estatístico descritivo da variável dependente “Confiança no governo”	58
Figura 10 - Resultado estatístico descritivo da variável dependente “Confiança no parlamento”	59
Figura 11 - Resultado estatístico descritivo da variável dependente “Confiança nos partidos”	60
Figura 12 - Resultado estatístico descritivo da variável dependente “Confiança no sistema de justiça”	61
Figura 13 - Resultado estatístico descritivo da variável dependente “Satisfação com a democracia”	62
Figura 14 - Resultado estatístico descritivo da variável dependente “Interesse político dos cidadãos”	63
Figura 15 - Representação da <i>Interrupted time series analysis</i> para a variável dependente “Confiança no governo”	66

Figura 16 - Representação da <i>Interrupted time series analysis</i> para a variável dependente “Confiança no parlamento”	68
Figura 17 - Representação da <i>Interrupted time series analysis</i> para a variável dependente “Confiança nos partidos”	70
Figura 18 - Representação da <i>Interrupted time series analysis</i> para a variável dependente “Confiança no sistema de justiça”	72
Figura 19 - Representação da <i>Interrupted time series analysis</i> para a variável dependente “Satisfação com a democracia”	74
Figura 20 - Representação da <i>Interrupted time series analysis</i> para a variável dependente “Interesse político dos cidadãos”	76

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Tipos de legitimidade	21
Tabela 2 - Preferências dos cidadãos em relação a diferentes formas de governo em Portugal (2008-2014)	22
Tabela 3 - Variáveis dependentes	54
Tabela 4 - Variável de controlo	55
Tabela 5 - Resultados estatísticos descritivos das variáveis do estudo	56
Tabela 6 - Matriz de correlação	64
Tabela 7 - Resultados da variável dependente “Confiança no governo”	65
Tabela 8 - Resultados da variável dependente “Confiança no parlamento”	67
Tabela 9 - Resultados da variável dependente “Confiança nos partidos”	69
Tabela 10 - Resultados da variável dependente “Confiança no sistema de justiça”	71
Tabela 11 - Resultados da variável dependente “Satisfação com a democracia”	73
Tabela 12 - Resultados da variável dependente “Interesse político dos cidadãos”	75

INTRODUÇÃO

A democracia, como regime político, evoluiu desde a sua origem na Grécia Antiga até aos tempos contemporâneos e proliferou-se por todo o mundo. Contudo, a democracia é apenas um entre outros regimes políticos e atualmente sofre com o aumento de regimes não estritamente democráticos (muitas vezes designados como democracias iliberais) (Amaral, 2014).

A cultura política corresponde a um conjunto de atitudes, normas, crenças e valores políticos partilhados pela maioria dos membros de uma determinada sociedade ou nação. A cultura política de uma nação tem uma multiplicidade de variáveis (ou fatores), entre elas: o comportamento de apatia (alienação) dos cidadãos; os graus de confiança e de tolerância; a adesão ou recusa a determinadas formas de ação política e instituições, em detrimento de outras; as configurações das forças políticas atuantes; as identidades partidárias; os modos como os conflitos políticos que surgem no sistema são percebidos e solucionados. Além destes fatores, a religião, a história e os costumes de um povo moldam a sua atitude perante a aceitação e/ou recusa de determinado regime político. Portanto, a cultura política de um povo, mesmo que não seja compreendida e aceite por outros, é a razão e a explicação para a existência ou inexistência de certos regimes políticos num país. No espaço europeu ocidental, onde maioritariamente vigoram democracias liberais, há uma grande partilha de valores jurídico-constitucionais; contudo, as democracias de cada país carregam um conjunto de características que as tornam diferentes e únicas. Estas singularidades devem-se à cultura, costumes e história de cada nação (Cancian, 2021).

Após as sucessivas vagas de democratização, o interesse da Ciência Política passou a ir além do reconhecimento da importância da legitimidade da democracia em termos formais, procurando aferir e até mensurar de que forma as democracias contemporâneas asseguram a tradução prática das normas e das instituições do Estado de Direito Democrático, mas também a qualidade das democracias (Morlino, 2009).

O nosso estudo será direcionado para a qualidade da democracia portuguesa “à luz da teoria do apoio ao sistema político, entendido este como o conjunto de crenças, atitudes e comportamentos dos cidadãos” (p.13), considerando sempre o apoio aos valores e princípios

fundamentais da democracia (apoio difuso), mas centralizando a nossa análise nas principais instituições e atores políticos que compõem a democracia (apoio específico) (Teixeira, 2018).

Em Portugal não se reconhece que exista uma crise de legitimidade democrática, mas sim uma visível e profunda crise de confiança nas instituições políticas e de avaliação que os cidadãos fazem dos atores políticos (Teixeira, 2018). Conceição Pequito Teixeira faz uma avaliação negativa da qualidade da democracia portuguesa, isto porque a “elevada insatisfação dos portugueses com a democracia em termos práticos retrata um fenómeno que radica mais em causas de longo termo – relacionadas com a cultura política preponderante no nosso país – do que em fatores de curto e médio prazo” (p.124).

O descontentamento com a democracia tem sido gradual e prolongado, contudo há acontecimentos pontuais que têm testado a solidez dos regimes democráticos, podendo provocar um fortalecimento ou um acumular do descontentamento. A nível europeu, inclusive em Portugal, o último grande teste foi a crise financeira de dois mil e oito. O descontentamento com a democracia, apesar de não ser uma tendência nova, agravou-se com a crise económica e social que Portugal atravessou, atingindo níveis críticos por comparação com outros países europeus (Belchior, 2015).

Para uma possível concretização dos estudos sobre a qualidade da democracia a partir da compreensão dos “atuais sentimentos dos cidadãos em relação à política e às instituições” (Belchior, 2015, p.13), a Ciência Política tem-se debruçado sobre indicadores com maior relevância em termos do funcionamento do sistema político coadunado com a existência de dados comparativos e atuais. Esses indicadores são: a confiança no governo, no parlamento, nos partidos e no sistema judicial e também a satisfação com a democracia e o interesse político dos cidadãos (Putnam, 1993; Tarrow, 1996; Teixeira & Freire, 2010; Klingemann, 2014; Teixeira *et al.*, 2014; Torcal, 2014).

Em finais de dois mil e dezanove, o planeta foi assolado pelo vírus SARS-CoV-2 que provoca a doença Covid-19. O vírus, que alcançou grandes proporções, obrigou os decisores políticos a aplicarem restrições às liberdades individuais dos cidadãos, principalmente em democracias liberais, apresentadas, contudo, como necessárias para a salvaguarda da comunidade.

Este vírus foi mais uma prova à robustez das democracias liberais. Os trâmites e os procedimentos inerentes ao sistema democrático foram comparados e considerados menos eficazes pela demora de atuação em relação a regimes não democráticos que atuaram de forma mais célere e sem constrangimentos (Karabulut *et al.*, 2021).

A par das respostas, as consequências da pandemia também serão marcantes. A doença Covid-19 mudará o mundo profundamente, não porque as sociedades queiram mudanças ou porque haja um consenso sobre a direção da mudança, mas porque não se pode voltar atrás. A doença Covid-19 pode encerrar uma década disruptiva marcada pelo desdobramento da globalização, que provocará mudanças profundas na política, na economia e nos modos de vida. Uma década que também pode ficar marcada pelo retorno do Estado, apoiado por uma confiança restaurada na experiência e no conhecimento e pelo reforço do nacionalismo e de uma indefinição das fronteiras entre a democracia e o autoritarismo (Krastev, 2021).

No contexto da União Europeia, a gestão da pandemia foi da responsabilidade de cada governo nacional (exceto na compra de vacinas que ficou a cargo da Comissão Europeia), do que resultaram atitudes e procedimentos diferentes para os mesmos problemas. A diversidade de atuação complica a comparação entre países que partilham o mesmo regime político, pelo que o nosso estudo será delimitado a Portugal, tendo como objeto de estudo os níveis de confiança nas instituições políticas, a satisfação com a democracia e o interesse político da população portuguesa e como objetivo de estudo perceber o efeito de um choque exógeno – a pandemia – na avaliação da qualidade da democracia portuguesa.

Relativamente ao espaço temporal do nosso estudo, os indicadores analisados estão compreendidos entre o ano dois mil e o ano dois mil e vinte e um, tendo como ponto principal o impacto causado pela pandemia provocada pela doença Covid-19 em dois mil e vinte.

O nosso estudo adota o método de investigação quantitativa, integrando-se no paradigma positivista. Os dados foram recolhidos por observação indireta a partir de fontes oficiais e, como técnica de tratamento de dados, aplicamos a técnica das séries temporais interrompidas.

Tendo como suporte a revisão bibliográfica, a pergunta de investigação central pode ser formulada do seguinte modo: De que forma a pandemia provocada pela doença Covid-19

afetou a qualidade da democracia portuguesa? Como perguntas de investigação secundárias temos: De que forma a pandemia provocada pela doença Covid-19 afetou a confiança nas instituições políticas da democracia portuguesa? De que forma a pandemia provocada pela doença Covid-19 afetou a satisfação com a democracia portuguesa e o interesse político dos cidadãos portugueses?

O nosso estudo é composto por duas partes e quatro capítulos. A parte I, dedicada à revisão da literatura, é composta pelo capítulo de enquadramento da temática, no qual contextualizamos os principais temas que suportam o estudo, e pelo capítulo do estado da arte, no qual abordamos a literatura sobre os principais indicadores que serão analisados na componente empírica do estudo. A parte II, dedicada ao estudo empírico, é composta pelo capítulo da metodologia, no qual apresentamos a metodologia a aplicar e que suportará teoricamente os resultados obtidos, e pelo capítulo dos resultados, no qual procedemos à apresentação e discussão dos resultados obtidos.

PARTE I - REVISÃO DA LITERATURA

Capítulo 1. Enquadramento da temática

1.1. Contextualização conceptual

A política, consistindo num conjunto de argumentos estabelecidos por força das circunstâncias imprevisíveis do acontecimento político e das necessidades de legitimação, pode ser entendido “como uma atividade humana, em parte de tipo competitivo, tendo por objeto a conquista e a manutenção do poder, e em parte de tipo diretivo, tendo por objeto a governação de uma comunidade humana, com vista à realização do seu bem comum” (Amaral, 2014, p.53).

A evolução histórica do exercício do poder, desde a antiguidade até à contemporaneidade, torna o conceito de política mutável e ambíguo pelas suas variadas manifestações e complexo nas diferentes abordagens. Compreender a política resulta de um processo cumulativo do sentido agregador do indivíduo, não dispensando o exame histórico dos factos políticos e culturais (Sarmiento, 2008).

A Ciência Política, no seu património conceptual, tem por antecedentes, desde a sua origem clássica, uma formulação híbrida, isto porque adotou alguns dos conceitos já estudados por outras disciplinas, entre os quais: poder, carisma, classe, revolução, papel social (Dogan, 1996). Nessa perspetiva, a Ciência Política pode ser entendida como a disciplina que estuda os problemas do poder na atualidade, através da observação dos fatos e da sua explicação racional, conforme conceitos, tipologias e leis ou tendências naturais (Amaral, 2014).

A cultura é constituída por uma herança inventiva a que se juntam as características biológicas e o ambiente natural onde o ser humano está inserido, em que “o arquivo de gestos e conhecimento é ampliado e conservado, de modo que é esta dinâmica que explica afinal o carácter eminentemente progressivo da vida dos homens à superfície do planeta” (Bessa, 1997, p.50). Assim, a cultura consiste numa rede densa produtora de sentido e significado que envolve os cidadãos num determinado contexto, sendo que o trabalho de descodificação e

interpretação simbólicas é partilhada pelos integrantes da comunidade (Geertz, 1983). Classicamente, pode ser entendida como um conjunto complexo de manifestações da vida social traduzidas em hábitos, costumes, atitudes e crenças (Cruz, 1995).

Enquadrado no contexto político, a cultura política corresponde a um sistema de crenças empíricas (como os cidadãos percebem e interpretam a relação política), de símbolos representativos (o que os cidadãos sentem em relação às instituições e aos líderes políticos) e valores (padrões que definem os objetivos do sistema político usados para avaliar a relação política), definindo a situação em que a ação política acontece e que são relativamente partilhados por determinada população. Estas crenças estão dirigidas a um objeto político que abrange o sistema político como um todo, a estrutura política, os cargos institucionais, as políticas governativas ou os atores políticos (Patterson, 1970; Almond & Verba, 1989).

O conceito de democracia pode apelar a diferentes entendimentos e aplicações, devendo haver uma compreensão da distinção entre democracia dos antigos¹ e democracia dos modernos. A democracia dos modernos tem sido disputada por diferentes teorias, como a liberal ou representativa, a participativa ou a deliberativa (Fernandes, 2021). O nosso estudo insere-se no quadro das democracias ocidentais liberais: “O paradigma liberal começou a ser concebido ao longo do século XVII, em especial em Inglaterra, como resposta aos regimes absolutistas” (Fernandes, 2021, p.152) e caracteriza-se como sendo “centrado no primado do indivíduo, anterior à comunidade e dotado de direitos naturais que constituem limites à atividade do Estado. Esse indivíduo, provido de razão e autonomia, constitui voluntariamente o Estado através do seu consentimento que tem como fim garantir as liberdades individuais, baseando-se na lei e na lógica de divisão de poderes” (Fernandes, 2021, p.153).

Considerando estas características, a democracia liberal pode ser entendida como um regime político que assenta na ideia de que o poder pertence ao povo, que escolhe os governantes através de eleições (soberania popular), sendo o seu exercício de poder limitado pelos Direitos Humanos de cada pessoa (Estado de Direito) (Amaral, 2014).

¹ Democracia dos antigos era o sistema de governo existente na Grécia antiga, mais especificamente entre os séculos VI e IV antes de Cristo. Foi um período marcado por intensos debates sobre a conduta dos homens tendo em vista as relações políticas. Contudo, muitas pessoas eram excluídas da cidadania, nomeadamente os escravos, a maioria dos estrangeiros e as mulheres (Pierini, 2008). Na perspetiva do papel do indivíduo, de acordo com Constant (1985, p.1), “o indivíduo, quase sempre soberano nas questões públicas, é escravo em todos os assuntos privados. Como cidadão, ele decide sobre a paz e a guerra; como particular, permanece limitado, observado, reprimido em todos os seus movimentos”.

1.2. Cultura política

Partindo da aceção de cultura política já mencionada, Almond e Verba (1963) procederam à sua decomposição numa dimensão individual, identificando as seguintes categorias de orientação política: a orientação cognitiva (corresponde ao conhecimento dos objetos políticos); a orientação afetiva (refere-se aos sentimentos de identificação, rejeição ou apatia relativamente aos objetos políticos); e a orientação avaliativa (resulta de julgamentos e opiniões acerca de objetos políticos que resultam de uma conjugação de informações e sentimentos).

Relacionado com o tipo de orientação política, os mesmos autores definiram três tipos de cultura política: a paroquial (as orientações face ao sistema político são mais de ordem afetiva e normativa do que cognitiva); a de sujeição (relação passiva do indivíduo com o sistema político) e a de participação (papel ativista do cidadão na esfera política).

Na cultura política paroquial não há papéis políticos especializados, mas difusos; para os membros dessas sociedades, as orientações políticas desses papéis não estão separadas das suas orientações religiosas e sociais. Também se verifica uma ausência comparativa de expectativas de mudança iniciadas pelo sistema político, não se esperando concretamente nada dele. Na cultura política de sujeição, o membro da sociedade tem conhecimento da autoridade governamental especializada, sendo “afetivamente orientado para ela, talvez se orgulhando dela, talvez não gostando dela; e ele o avalia como legítimo ou não” (p.19). É uma relação essencialmente passiva, embora haja uma forma limitada de competência que é apropriada numa cultura de sujeição. Na cultura política de participação, “os membros da sociedade tendem a ser explicitamente orientados para o sistema como um todo e para as estruturas e processos políticos e administrativos” (p.19), havendo uma orientação para um papel ativista, embora os sentimentos e avaliações de tal papel possam variar entre a aceitação e a rejeição (Almond & Verba, 1963).

Se considerarmos as convergências entre as categorias de orientação política e os tipos de cultura política retiramos as seguintes conclusões: uma cultura política paroquial seria caracterizada por uma elevada taxa de orientação cognitiva e elevadas taxas de orientação positivas afetivas e avaliativas para as estruturas difusas da comunidade tribal ou da aldeia;

uma cultura política de sujeição seria caracterizada por uma elevada taxa de cognição e elevadas taxas positivas dos outros dois tipos de orientação para o sistema político especializado como um todo e para os aspectos administrativos ou de produção; uma cultura política de participação seria caracterizada por elevadas e positivas taxas de orientação para as quatro classes de objetos políticos (Almond & Verba, 1963).

O conjunto de crenças e atitudes que um cidadão tem em relação à política tem implícito um domínio subjetivo da política, ou seja, subjacente aos sistemas políticos existe um domínio subjetivo ordenado de políticas que dão sentido à política, que disciplinam as instituições e que atribuem relevância social aos atos individuais. O interesse da cultura política não são as estruturas formais da política, os governos, os partidos, os grupos de pressão ou os padrões de comportamento de uma sociedade, mas sim aquilo que as pessoas acreditam, sabem e sentem sobre as estruturas e comportamentos (Dowse & Hughes, 1986).

Seguindo a mesma perspectiva do papel da cultura na sociedade, a cultura política não é estática nem anacrônica, mas sim dinâmica e diacrônica. Apesar de ser um processo lento e ténue, a cultura política está em constante mutação, constatando-se que as transformações mais expressivas estão relacionadas com a renovação das gerações (Barney-Barry & Hody, 1995). A constante mutação consubstancia-se, na política atual, numa nova vivência de cidadania, mais ativa, pessoal e próxima do poder de decisão, e pelo alargamento dos espaços de participação em áreas que antigamente não eram de preocupação política (Lijphart, 1989).

A relação entre a cultura política e o processo democrático é definido pela literatura em duas correntes teóricas: a culturalista e a institucionalista. A teoria culturalista pressupõe a cultura política como um conjunto de atitudes, crenças e valores políticos que se vislumbram em sentimentos e atos como o orgulho nacional, participação e interesse pela política, respeito pela lei, tolerância, confiança interpessoal e institucional. Essas orientações têm longa duração temporal, influenciando ou não os cidadãos a aceitarem o regime democrático. Contudo, essas orientações não significam que não haja mudanças, nomeadamente por efeito de transformações geracionais e processos de modernização económica e social sobre os valores políticos (Almond & Verba, 1963; Inglehart, 2002). A teoria institucionalista propõe-se a avaliar a institucionalização da democracia a partir de indicadores agregados de instituições políticas, desempenho de governos ou a relação entre o poder executivo e o poder legislativo.

Não são ponto de interesse os valores políticos ou a orientação normativa dos indivíduos, mas a eficácia das instituições. Estas teorias supõem que o apoio dos cidadãos ao regime político depende da avaliação de curto prazo, dos custos e dos benefícios, do desempenho institucional, sendo as atitudes de apoio ou de confiança política resultantes do funcionamento das instituições do regime democrático (Coleman, 1989; North, 1990; Hetherington, 1998; Norris, 1999). O modo como estas teorias abordam categorias como a confiança política ou a adesão ao regime foram analisadas por Easton (1965), nomeadamente os problemas envolvidos na legitimidade dos regimes políticos, sugerindo que o fenómeno de apoio político (difuso e específico) está associado à experiência política dos indivíduos, isto é, à relação e ao uso que fazem das instituições públicas e ao julgamento político que decorre dessa experiência. Portanto, o apoio ao regime tem uma essência complexa e multidimensional, envolvendo, simultaneamente, uma aceitação da democracia como um ideal, uma insatisfação com os seus resultados práticos e atitudes que confundem e combinam essas escolhas (Dalton, 1999; Klingemann, 1999; Shin, 2005).

1.3. Democracia

Ao longo dos séculos, o desenvolvimento político das sociedades e das nações proporcionou um conjunto de regimes políticos. De acordo com Amaral (2014, p.173), a “classificação moderna dos principais tipos de regimes” – democracias e ditaduras – atende a um duplo critério: fonte de legitimidade do poder e atitude do poder face aos direitos naturais dos cidadãos. As características do primeiro critério são: soberania popular (eleitoral) ou poder conquistado por alguém (autocracia), subdividindo-se este último em poder de um só (monocracia) ou de um grupo de indivíduos (partido único, junta militar). As características do segundo critério são: o poder aceita limites à sua atuação pela necessidade de garantir as liberdades individuais (liberalismo político, Democracia, Estado de Direito) ou não aceita quaisquer limites, considerando que os interesses coletivos do Estado são mais importantes do que os direitos dos cidadãos (ditadura, autoritarismo, totalitarismo).

Por norma, os critérios referidos estão ligados: o poder político pertence ao povo e só em parte é delegado aos governantes, sendo o poder destes limitado: “O delegante (povo soberano) traça limites às competências que confere aos seus delegados (parlamento e governo), que estes têm de respeitar; e pode mesmo substituí-los em certos casos (dissolução, destituição) ou dentro de certos prazos (eleições periódicas)” (Amaral, 2014, p.173).

O nosso estudo debruça-se exclusivamente sobre o regime democrático, podendo adotar várias concepções²: eleitoral (elitista, minimalista, realista, schumpeteriana); liberal (consensual, pluralista); maioritária (governo responsável); participativa; deliberativa; igualitária (Coppedge *et al.*, 2011). Apesar das diferentes concepções de democracia, existe um conjunto de condições necessárias para um adequado funcionamento do processo democrático: liberdade de construir e aderir a organizações; liberdade de expressão; direito de voto; direito de competir pelo apoio e pelos votos; elegibilidade de cargos políticos; fontes de informação alternativas; eleições livres e justas; instituições que tornam o governo dependente do voto e das outras formas de expressão de preferências políticas (Porta, 2013, p.13).

² Informação detalhada no Anexo I

“Para considerar até que ponto os princípios de controlo popular e igualdade política moldam e informam as instituições e procedimentos do governo representativo, precisamos definir o que é chamado de “valores mediadores”” (Beetham *et al.*, 2008, p.22). Esses valores³ democráticos são a participação, a autorização, a representação, a accountability, a transparência, a responsabilidade e a solidariedade (Beetham *et al.*, 2008).

A democracia tem um conjunto de concepções e valores que a caracterizam, mas há um fenómeno primordial e exclusivo que a distingue de outros regimes: a alternância democrática. Este fenómeno caracteriza-se pela luta pelo poder, no qual o seu exercício ocorre de forma alternada entre os principais partidos ou coligações, tal como acontece, geralmente, em Portugal, entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata. Contudo, há exceções: na Suíça, há décadas que os governos são formados pelos três maiores partidos em coligação permanente; na Alemanha, entre dois mil e cinco e dois mil e nove e entre dois mil e treze e dois mil e vinte e um, tivemos governos de grande coligação entre a União Democrática Cristã e o Partido Social-Democrata da Alemanha, e nas eleições de dois mil e vinte e um (Olaf Scholz substituiu Angela Merkel como Chanceler Federal da Alemanha) formou-se a coligação semáforo, correspondendo a uma coligação entre o Partido Social-Democrata da Alemanha, o Partido Democrático Liberal e os Verdes; em Portugal, entre mil novecentos e oitenta e três e mil novecentos e oitenta e cinco, houve um governo de bloco central entre o Partido Socialista e Partido Social Democrata (Amaral, 2014; Marques, 2021).

A par das diferentes concepções de democracia, Joseph Schumpeter considera que há um elemento inerente a todas elas: a participação no processo político. A diferenciação entre as várias concepções reside nos níveis de participação, e, para o autor, a participação deve ser entendida numa perspetiva estritamente limitada, restringindo-se ao sufrágio universal e significando que o povo apenas tem a oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que governam. Schumpeter considera que uma participação ampliada provocaria instabilidade, logo deve ser restringida a favor da estabilidade e por forma a que haja um funcionamento dos compromissos institucionais. O autor destaca o papel das elites, referindo que lhe cabe competir entre si pela adesão e condução do poder, adquirido através do voto popular. As elites são as únicas depositárias de racionalidade política e capazes do poder de decisão, na

³ Informação detalhada no Anexo II

medida que os cidadãos cedem a impulsos irracionais e não são detentores das capacidades necessárias para a tomada de decisões (Schumpeter, 2013).

Esta teoria surgiu como crítica à teoria participativa da democracia influenciada por Jean-Jacques Rousseau: “Toda a teoria política de Rousseau apoia-se na participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões, e, em sua teoria, a participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais” (Pateman, 1992, p.35). No seu *Contrato Social*, que deve ser enquadrado na respetiva época, Rousseau defende uma sociedade de igualdade e independência económica. Não exigia uma igualdade absoluta, mas destacava que as diferenças não deveriam levar à desigualdade política. Idealmente, deveria existir uma situação em que “nenhum cidadão fosse rico o bastante para comprar o outro e em que nenhum fosse tão pobre que tivesse de se vender” (Pateman, 1992, p.36). Para Rousseau, uma exigência vital era que cada indivíduo possuísse alguma propriedade, pois só com segurança e independência seria possível conferir a igualdade e independência política (Pateman, 1992). Para Rousseau, se existissem tais condições, os cidadãos poderiam agrupar-se enquanto indivíduos iguais e independentes na medida que “cada cidadão esteja em perfeita independência de todos os outros e em excessiva dependência da Cidade” (Rousseau, 1999, p.65).

Entre os muitos elementos que dão forma à democracia liberal encontramos as instituições. Voltando a Schumpeter: a sua teoria enfatiza uma vertente minimalista de privilegiar as eleições sobre outras dimensões da democracia, isto é, define essencialmente a democracia como um método de escolha competitiva de governos entre as elites disponíveis, desvalorizando as demais instituições como o parlamento, o judiciário ou a polícia e a forma deficitária de funcionamento e separação de poderes, mesmo num regime de regras eleitorais (Karl, 2000). Considerando as limitações da teoria de Schumpeter e propondo uma ampliação da teoria, Robert Dahl definiu a abordagem das poliarquias, mostrando que é indispensável a participação dos cidadãos na escolha de governos, inclusive a possibilidade de eles próprios serem escolhidos. Como característica principal da democracia, o autor indicou a contínua responsividade dos governos face à preferência dos cidadãos, o que implica a garantia das liberdades individuais e o direito de organização e representação da sociedade civil, em particular, os partidos políticos. É por intermédio destes que a pluralidade de concepções e interesses em disputa se podem expressar. Também é necessário que aquilo que se designou

de constitucionalismo, isto é, a necessidade de que princípios internalizados em instituições (como mecanismos de pesos e contrapesos) sejam garantidos por uma Constituição aceite e legitimada pela sociedade (Dahl, 1971).

A par do que foi referido, a qualidade da democracia também assume especial relevo no nosso estudo. Nas décadas de setenta e oitenta, com as evoluções políticas no Sul da Europa e na América Latina, os estudos académicos centraram-se nas transições para os regimes democráticos. Com a proliferação de democracias resultante da terceira vaga de democratizações (Huntington, 1994), o foco mudou para a consolidação democrática. A Ciência Política pretendeu ir mais longe do que a importância da legitimidade em termos formais, procurando aferir e até mensurar de que forma as democracias contemporâneas asseguram a tradução prática das normas e das instituições do Estado de Direito, mas igualmente saber se estas podem ou não ser classificadas como democracias de qualidade. Mais recentemente, os estudos académicos centraram-se na compreensão da consolidação do autoritarismo após os processos de democratização e o surgimento de semidemocracias ou regimes híbridos (Plattner, 2005; Levitsky & Way, 2010; Teixeira, 2018).

A compreensão da ideia de qualidade da democracia exige uma exposição dos termos que o compõem. Enquanto o termo democracia já se encontra explanado no nosso estudo, o termo qualidade, enquadrado na área da Ciência Política, pode ser entendido como um conceito crítico em que se pretende analisar várias dimensões: a qualidade dos procedimentos (Estado de Direito, competição, responsabilização vertical e horizontal e participação), pela qual a qualidade de um produto é o resultado de um processo exato e controlado; a qualidade do conteúdo (igualdade e liberdade), pela qual a qualidade resulta das características estruturais do produto; a qualidade dos resultados (responsividade), pela qual pode ser observável pelo grau de satisfação do cliente (Diamond & Morlino, 2005; Teixeira, 2018).

Assim, a qualidade da democracia pode ser avaliada a partir do princípio geral de regime em que os cidadãos possuem um alto grau de liberdade, igualdade política e controlo sobre as políticas públicas e os políticos através do funcionamento legítimo e legal de instituições estáveis. Isto é, uma boa democracia pode ser entendida como um regime legitimado que vai de encontro às expectativas dos cidadãos; em que existe liberdade e igualdade política; e em

que os cidadãos avaliam se o governo estabelece a liberdade e a igualdade de acordo com o Estado de Direito (Diamond & Morlino, 2005).

Contudo, neste entendimento sobre a qualidade da democracia deve haver algumas precauções. A elevada qualidade da democracia não deve ser entendida como um tipo de política ideal, revelando-se utópico; a análise comparativa evidencia inconsistências e compensações entre as várias dimensões da qualidade da democracia; a percepção que a sociedade tem das dimensões da qualidade da democracia pode ser desfasada da realidade; as estruturas cognitivas sobre as instituições e os processos da democracia são distintas entre grupos sociais, especialmente entre aqueles que exercem o poder e aqueles sobre o qual a autoridade é exercida (Diamond & Morlino, 2005). As diferenças entre sociedades e culturas também podem proporcionar diferentes entendimentos: diferentes culturas e padrões de desenvolvimento permitem explicar as variações nas percepções dos cidadãos, a anuência e a adequação de padrões democráticos (Dalton *et al.*, 2007).

A subjetividade demonstrada no entendimento da qualidade da democracia pode transparecer que a seleção de indicadores para a sua avaliação seja tendenciosa. Isto porque, mesmo que os cidadãos apresentem noções incompletas e distorcidas sobre a democracia, a verdade é que cada cidadão tem a sua visão de um regime e de uma sociedade. Por isso, a democracia é um processo em permanente redefinição. Daí que sejam importantes as medições e as avaliações da qualidade da democracia para poder haver uma avaliação da evolução da democracia (Coppedge, 2004; Diamond & Morlino, 2005).

Capítulo 2. Estado da arte

2.1. Apoio político

Tanto a origem como a robustez dos regimes políticos são preocupações que estiveram presentes na história do pensamento político. Aristóteles, na sua obra *Política*, já referia a importância dos sentimentos dos cidadãos relativamente à sobrevivência dos regimes (Coelho, 1998) e Alexis de Tocqueville mencionou que a base dos regimes estava assente nos costumes do povo e na sua condição moral e intelectual (Tocqueville, 1994). Contudo, o estudo recorrente da cultura política só se iniciou com a proliferação de estudos de opinião realizados a partir de inquéritos por questionários aplicados a amostras representativas da população no século XX (Coppedge, 2012).

A abordagem a este tipo de estudos pressupõe um conjunto de indagações que não são recentes na Ciência Política, como compreender quais são as bases do apoio e sustentação popular dos regimes políticos ou de que modo a avaliação feita pelos cidadãos sobre a democracia afeta ou não a legitimidade do regime político. Para haver essa compreensão é importante recuperar o debate sobre os valores, crenças, atitudes e comportamentos políticos dos cidadãos como indicadores da qualidade da democracia em Portugal (Teixeira, 2018).

Entre os estudos mais recentes, e nos quais foram aplicadas modernas técnicas de recolha e análise de dados, destaca-se o papel de David Easton e a sua obra *A Systems Analysis of Political Life*, de mil novecentos e sessenta e cinco. O contributo mais importante da sua obra foi a distinção que estabeleceu quanto ao tipo de apoio dos regimes democráticos, que pode ser difuso ou específico:

A distinção está relacionada a um fenómeno político universal e conhecido. Normalmente, os membros de um sistema político podem encontrar-se em oposição às autoridades políticas, inquietos com suas políticas, insatisfeitos com suas condições

de vida e, quando têm oportunidade, preparados para destituir os governantes. Às vezes, essas condições podem levar a mudanças políticas ou sociais fundamentais. No entanto, noutras ocasiões, apesar do descontentamento generalizado, parece haver pouca perda de confiança no regime - a ordem subjacente da vida política - ou de identificação com a comunidade política. O descontentamento político nem sempre é, ou mesmo geralmente, o sinal para uma mudança política básica (Easton, 1975, p.436).

Enquanto alguns tipos de avaliação estão sobejamente relacionados com o que as autoridades políticas fazem e como o fazem, outros tipos são de carácter mais fundamental porque são direcionadas a aspetos básicos do sistema político (Easton, 1975).

A distinção feita por Easton ganhou relevância académica porque permitiu entender a avaliação que os cidadãos fazem dos regimes democráticos e tornou-se a base para estudos subsequentes, sendo usada e atualizada nomeadamente na obra *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*, editada por Pippa Norris, em mil novecentos e noventa e nove. A autora distingue a obra de Easton como uma das estruturas analíticas mais úteis, na medida em que faz a distinção entre o apoio à comunidade, ao regime e às autoridades (Norris, 1999), nomeadamente:

o regime constituía a estrutura básica para governar o país. As pessoas não podiam escolher entre diferentes elementos do regime, aprovando algumas partes e rejeitando outras. Contudo, na prática, os cidadãos pareciam distinguir entre os diferentes níveis de regime, muitas vezes acreditando fortemente nos valores democráticos, por exemplo, ao mesmo tempo que se mostram críticos quanto à forma como os governos democráticos funcionam na prática (Norris, 1999, p.9).

Influenciada pelos argumentos de Russel Dalton e Hans-Dieter Klingemann, que participam na mesma obra, Norris (1999) propõe conseqüentemente um quadro de análise em que diferentes objetos políticos são dispostos num eixo unidimensional, como exemplificado na figura seguinte:

Figura 1

The conceptual framework

Diffuse Support

Object of Support	Summary of Trends
Political Community	<i>High</i> levels of support
Regime Principles	<i>High</i> levels of support
Regime Performance	<i>Varied</i> satisfaction with the workings of the regime
Regime Institutions	<i>Declining</i> confidence in government institutions; <i>low</i> levels of support in many newer democracies
Political Actors	<i>Mixed</i> trends in trust in politicians

Specific Support

Fonte: Norris (1999, p.10)

Esta conceptualização pode ser entendida como uma

classificação numa estrutura quádrupla, distinguindo-se entre o apoio político para a comunidade, os princípios do regime, o desempenho do regime, as instituições do regime e os atores do regime. Esses níveis podem ser vistos como variando em continuum, desde o apoio mais difuso ao Estado-nação, passando por níveis sucessivos até ao apoio mais concreto a políticos específicos (Norris, 1999, p.10).

A abordagem unidimensional de Norris é contestada por Torcal e Montero (2006), que argumentam que as escolhas teóricas que estão implícitas no modelo da autora não fazem justiça aos contributos do modelo de Easton. Imputar uma só dimensão aos processos de apoio político é uma imprecisão, porque diferentes objetos podem ter apoio com base em princípios gerais (apoio difuso) ou com base no desempenho (apoio específico). O conceito de apoio político deve implicar a multidimensionalidade, na medida em que, em relação aos objetos políticos (comunidade política, princípios do regime, normas e procedimentos do regime, instituições políticas e autoridades políticas), é possível suscitar um apoio, em diferentes graus, de natureza específica e difusa.

A importância do contributo de Easton para compreendermos a avaliação que os cidadãos fazem do regime democrático é evidenciada pelos outros autores. Isso leva-nos à necessidade de aprofundar e compreender melhor a sua abordagem. Pode entender-se o apoio específico como a aprovação do desempenho das instituições e dos atores políticos, ou seja, está relacionado com a avaliação que é feita pelos cidadãos do funcionamento concreto do sistema democrático e das suas principais instituições e atores políticos, bem como o modo como uns e outros satisfazem as funções básicas que lhes são atribuídas e respondem com eficácia às expectativas dos cidadãos. O apoio difuso pode ser entendido como a adesão aos princípios basilares do funcionamento do regime, ou seja, está relacionado com a lealdade dos cidadãos aos valores e ideais normativos associados à democracia enquanto regime político, resultando de aspetos de longo prazo relativos a diferentes dimensões da cultura política do país (Teixeira, 2018).

Ao conceito de apoio difuso, Easton (1975) associa uma proximidade ao conceito de legitimidade, referindo que “o apoio difuso normalmente se expressa de uma segunda maneira importante, por meio da crença na legitimidade dos objetos políticos” (p.450). Para o autor, a legitimidade é um tipo de sentimento de apoio que pode ser direcionado a qualquer um dos três objetos políticos, não havendo dúvidas de que é apropriado falar na crença de legitimidade de um regime e das suas autoridades. Para esta crença, o autor apresenta um apoio legitimador de três tipos, conforme demonstrado na tabela seguinte:

Tabela 1

Tipos de legitimidade

Objetos de legitimidade		
Fontes de legitimidade	Regime	Autoridades
Ideologia	Convicções morais sobre a Validade do regime	Convicções morais sobre a validade dos titulares de funções de autoridade
Estrutura	Crença independente na validade da estrutura e normas	Extravasamento da crença na estrutura para os titulares das funções de autoridade
Qualidades pessoais	Extravasamento da crença na validade das funções dos titulares das funções de autoridade para as próprias funções de autoridade (estrutura e normas do regime)	Crença independente na validade das autoridades por causa de suas qualidades pessoais

Fonte: Easton (1975, p.452)

Relativamente aos objetos políticos, Norris e Dalton também apresentam um conjunto de objetos políticos: a comunidade política (sentimentos genéricos e fundamentais dos cidadãos quanto ao sentido de pertença à comunidade nacional); o regime político (apoio aos princípios gerais do regime, incluindo a aprovação de atitudes e valores democráticos e autoritários); as instituições políticas (a confiança nas instituições do Estado, nomeadamente no governo, parlamento, partidos, funcionalismo público, tribunais e forças de segurança); e as autoridades políticas (a confiança em titulares de cargos eleitos e nomeados) (Teixeira, 2018).

No que respeita ao apoio político aos regimes democráticos, este também está relacionado com a experiência das pessoas:

Os cidadãos identificam-se com as instituições porque aprendem a fazê-lo através de processos sucessivos de transmissão do seu significado pelas diferentes gerações (processo de socialização política). Mas, também, porque as suas experiências políticas, ao longo da sua vida adulta, os qualificam para avaliar racionalmente o desempenho dessas instituições. A participação em eleições e a vivência de processos institucionais que ampliam ou restringem o seu acesso a direitos estabelecidos pela lei fornece as bases do seu julgamento (Teixeira, 2018, p.54).

Easton (1975) também se refere à experiência das pessoas, salientando que além da sua origem na socialização, também se pode esperar que a confiança seja estimulada pelas experiências que os membros têm das autoridades ao longo do tempo.

Apoio político em Portugal

Consideremos estes aspetos no que diz respeito ao nosso país. Quanto ao apoio difuso em Portugal, e em sentido contrário ao nosso vizinho espanhol, praticamente desde a sua fundação que o país é relativamente homogéneo, isto é, sem minorias étnico-linguísticas ou étnico-religiosas significativas (Freire *et al.*, 2003). Os inquéritos mais recentes evidenciam, como demonstrado na tabela seguinte, que, mesmo com um decréscimo entre dois mil e oito e dois mil e quatorze, o regime político democrático é largamente apoiado pelos cidadãos portugueses, sendo enganador falar-se de uma preocupante perda de legitimidade (Teixeira, 2018).

Tabela 2

Preferências dos cidadãos em relação a diferentes formas de governo em Portugal (2008-2014)

	2008	2012	2014	Média
Muito má	0,4	2,7	1,9	1,6
Má	3,7	7,4	12,7	7,9
Total	4,1	10,1	14,6	9,6
Boa	55,7	56,9	65,8	59,5
Muito boa	40,2	33,0	19,6	30,9
Total	95,9	89,9	85,4	90,4

Fonte: Teixeira (2018)

Nota: “Concorda totalmente, concorda, discorda ou discorda totalmente da seguinte afirmação: a democracia pode ter muitos defeitos, mas é ainda assim a melhor forma de regime”

No que respeita ao apoio dos cidadãos ao sistema democrático, este pode ser multidimensional, sugerindo que a legitimidade do regime democrático está associada a dois tipos de atitudes políticas: a satisfação dos cidadãos com o desempenho do sistema democrático e a confiança nas principais instituições democráticas. Enquanto a satisfação ou insatisfação com a democracia presume uma perceção que varia conforme o desempenho específico dos governos, a confiança ou desconfiança nas instituições políticas presume a existência de motivações tanto atitudinais como normativas, ou seja, a confiança ou desconfiança depende da avaliação que os cidadãos fazem do funcionamento das instituições políticas (Teixeira, 2018).

Especificando uma particularidade da satisfação com o funcionamento do sistema democrático, a literatura refere que tanto pode ser considerado um apoio difuso como um apoio específico, ou seja, tanto pode ser um indicador do apoio aos princípios básicos da democracia como de avaliação ao funcionamento específico do sistema político em determinada conjuntura concreta. Contudo, há um certo consenso de que a satisfação com o funcionamento do sistema democrático seja aferida pelo apoio específico (Fuchs *et al.*, 1998; Klingemann, 1999).

Numa análise comparativa do apoio dos portugueses ao sistema político democrático, Freire (2003) conclui que há uma forte adesão dos cidadãos aos princípios básicos da democracia, ao mesmo tempo que se verifica um forte criticismo face à classe política, uma insatisfação crescente com o desempenho da democracia e um elevado afastamento em relação ao poder.

2.2. Confiança nas instituições políticas

A comunidade acadêmica, ciente da influência que a confiança política exerce em muitas atitudes políticas dos cidadãos, reconhece a importância de investigar que fatores potencializam ou enfraquecem a confiança política, evidenciando-as em duas correntes teóricas que apresentamos supra: a culturalista e a institucionalista. A teoria culturalista pressupõe que a confiança política é uma extensão da confiança interpessoal e do capital social que os cidadãos adquirem durante a sua vida. A teoria institucionalista pressupõe que as instituições políticas são as criadoras fundamentais de confiança política, essencialmente quando funcionam adequadamente e produzem boas políticas públicas (Mishler & Rose, 2001; Putnam *et al*, 1983).

Respeitando os pressupostos do nosso estudo, seguimos a linha teórica institucionalista. No enquadramento das ciências sociais, as instituições podem ser entendidas como um conjunto de “regras, costumes, práticas e valores relativamente estáveis” que dirigem o comportamento dos indivíduos em sociedade, ou seja, “são conjuntos de procedimentos, são um meio para atingir os objetivos da vida em sociedade” (Belchior, 2015, p.25).

O sistema político é suportado por um conjunto de instituições, tais como, a presidência da república, o parlamento, o governo, o sistema judicial, os partidos políticos, os sindicatos, entre outras. Estas instituições, apesar de verem a maioria das suas regras de funcionamento definidas na Constituição e na legislação ordinária complementar, não se regem exclusivamente pela lei. Há um conjunto de práticas e arranjos mais ou menos informais que as regem, nomeadamente procedimentos de tomada de decisão, práticas de bom relacionamento e procedimentos diplomáticos e protocolares entre instituições (Belchior, 2015).

A confiança que os cidadãos depositam uns nos outros para assegurarem o funcionamento da democracia e das suas instituições foi sempre um dos pontos precursores dos estudos de cultura política e vários estudos integram a confiança como um dos principais indicadores. Apesar de já referido neste estudo, pela sua relevância, é importante voltar a mencionar a obra *The Civic Culture*, de Gabriel Almond e Sidney Verba. Estes autores realizaram uma análise de dados em grande escala sobre o comportamento político e as novas atitudes de

indivíduos em sociedades industrializadas após a Segunda Guerra Mundial. Os autores anteviram uma mudança na cultura política em direção a uma maior participação política dos cidadãos, e que denominaram por cultura cívica. Este novo tipo de cultura política indicava um equilíbrio entre as crescentes competências de participação política, muito devido ao aumento dos níveis de educação e de informação, e um sentido de responsabilidade com o intuito de preservar a estabilidade democrática, inibindo os indivíduos a uma contínua intervenção cívica. A este pressuposto, que os autores consideraram ser a cultura política mais adequada, está intimamente relacionada a confiança. Esta forma de cultura política resultaria do equilíbrio entre sentimentos de confiança e de desconfiança dos indivíduos sobre as instituições (Almond & Verba, 1963).

Contudo, os mesmos autores publicaram, em mil novecentos e oitenta e nove, a obra *The Civic Culture Revisited* para explicar o retrocesso da cultura cívica para a mesma população estudada. Esse retrocesso deveu-se a uma insatisfação generalizada relativamente ao desempenho dos governos, provocando uma quebra de confiança popular nas instituições e nas autoridades políticas (Almond & Verba, 1989).

Outra obra de referência no estudo da confiança é *Making Democracy work – Civic Traditions in Modern Italy*, de Robert Putnam, que analisou vinte governos regionais italianos no período entre mil novecentos e setenta e o final dos anos oitenta. Putnam constatou que, “em comparação com o Norte, as regiões do Sul não estão em melhor situação hoje do que em 1970” (p.184). Os motivos das diferenças de desempenho dos governos regionais deviam-se ao maior envolvimento cívico dos cidadãos do Norte em comparação com a inexistência de envolvimento e participação cívica dos cidadãos do Sul de Itália, muito devido à ineficiência dos governos e também à corrupção existente. O autor concluiu que o desempenho das instituições políticas e da democracia seriam afetadas pelo ambiente social, económico e cultural – aquilo que o autor designou como capital social. Ou seja, as características de uma organização social como a confiança, as normas sociais ou as redes de interação, aperfeiçoariam a eficiência do sistema político ao auxiliar o desenvolvimento de ações coletivas coordenadas. Nestas circunstâncias, o autor considerou a confiança um elemento-chave porque apenas confiando nos outros e obtendo a confiança destes, a confiança, primordial para a evolução das comunidades, seria frutífera (Putnam, 1993).

Os autores citados tiveram como referência Alexis de Tocqueville e a importância que este atribuiu à confiança nos outros para a estabilidade democrática na obra *A Democracia na América*, publicada pela primeira vez em mil oitocentos e trinta e cinco. Em viagem pelos Estados Unidos da América para observar as prisões americanas, Tocqueville acabou por observar a sociedade como um todo e procurar as razões para a perseverança da democracia naquele país em contraste com o que acontecia em França. Uma das razões foi o espírito de igualdade que encontrou na comunidade, muito devido à condição social, religião e costumes que os imigrantes trouxeram para o país. Outra razão foi a capacidade de o cidadão ter um papel ativo no governo da sociedade e de fazer prevalecer o espírito associativo que vinha da consciencialização de que o bem-estar individual dependia da prosperidade comum para a qual cada cidadão deveria contribuir. A esta perspetiva de comunidade estava associada uma preponderante confiança dos cidadãos americanos na legislação produzida, no sistema judicial, nas decisões tomadas em maioria e na confiança entre os cidadãos da comunidade (Tocqueville, 1994).

Os estudos apresentados, importantes pelo seu suporte teórico, foram o guia dos estudos mais recentes sobre a atual incidência da confiança política nas instituições. O argumento de vários autores vai no sentido de uma deterioração da confiança nas instituições políticas, principalmente nos países da Europa do Sul, nomeadamente em instituições políticas como o parlamento, o governo e os partidos políticos, entre dois mil e dois mil e quinze. Contudo, essa tendência de declínio não é inequívoca para todos os países da Europa, verificando-se, mesmo no contexto da crise económica provocada pela crise financeira de dois mil e oito, importantes diferenças entre países europeus (Marien, 2011; Torcal, 2014; Muro & Vidal, 2016).

Teixeira *et al.* (2014) exploraram a questão da legitimidade democrática em Portugal e na Grécia, entre dois mil e oito e dois mil e doze, aplicando a diferenciação conceptual entre o apoio difuso (medido pelo grau de confiança nas instituições políticas) e o apoio específico (medido pelo grau de satisfação com o funcionamento da democracia e pelo apoio ao regime democrático) ao regime democrático. Foram apresentadas hipóteses explicativas sobre os efeitos de fatores demográficos (sexo, idade, educação), de fatores atitudinal-cognitivo (valores pós-materialistas, ideologia, voto, interesse pela política e exposição aos *media*) e de fatores de desempenho (avaliação da economia e do governo, e avaliação da resposta dos partidos à crise). Os resultados mostraram que, no que diz respeito a Portugal, e apesar do

ligeiro declínio constatado em alguns indicadores relacionados com o apoio ao regime, “a democracia portuguesa parece ser apoiada por uma massa crítica de cidadãos democráticos” (p.514). O interesse pela política e a exposição aos *media* quase não tiveram impacto:

A ideia de que forças de longo prazo associadas à disseminação de valores pós-materialistas tornam os cidadãos mais exigentes e críticos do governo também não parece ser verdade no caso português (provavelmente porque é habitualmente avaliado como um país não pós-materialista) (p.514).

A confiança ou desconfiança no funcionamento das instituições políticas e no próprio sistema democrático pode ser encarada como um termómetro da vitalidade do sistema democrático, na medida em que, quando aponta para valores negativos, é indício de que as instituições políticas não estão a desempenhar as suas funções devidamente, podendo ser sinónimo de potencial crise no sistema; mas, quando existe excesso de confiança, pode ser igualmente problemática se, por exemplo, um governo que seja corrupto apresente elevados níveis de confiança. Numa outra perspetiva, a desconfiança pode ser interpretada como uma consequência do aumento de competências dos cidadãos em virtude de maior escolaridade e de acesso a informação, resultando num aumento de exigência em relação ao desempenho das instituições políticas, podendo ser entendido como algo benéfico (Belchior, 2015).

Num estudo sobre a confiança nas instituições, Teixeira e Freire (2010) analisaram os determinantes da confiança nos parlamentos, entre os quais o português, para o período entre dois mil e dois mil e oito, a partir de quatro modelos explicativos: efeito dos recursos individuais; valores e atitudes políticas; níveis de apoio específico ao regime; confiança social e redes sociais. Os resultados permitiram concluir que, numa perspetiva comparativa, “existe um nível de confiança relativamente modesto no parlamento” (p.33). Contudo, esse facto não permite confirmar uma cultura política antiparlamentar, na medida em que os níveis de confiança verificados em Portugal, apesar de estarem abaixo em relação às médias mais elevadas do Norte da Europa, estão acima das verificadas no Leste da Europa. Relativamente aos determinantes individuais de confiança no parlamento, os autores concluíram que fatores associados ao apoio específico e à confiança institucional contribuem melhor para uma explicação dos níveis de confiança no parlamento como instituição.

As várias interpretações de confiança política, consoante as circunstâncias, revelam bem a sua importância para as instituições e para o regime democrático. Isso está patente em duas das obras mais distintas sobre o tema. Por outro lado, David Easton interpreta a confiança como uma forma de medir o apoio ao regime e às instituições, através do apoio difuso e do apoio específico. O autor considera que o sistema político tem a legitimidade de tomar decisões e fazer aceitá-las, sendo entendido como autoridade. Contudo, essa aceitação de autoridade está dependente da confiança política, isto é, a confiança contribui para a legitimidade e aceitação das decisões políticas em democracia (Easton, 1965). Por sua vez, Norris (1999) interpreta a desconfiança como uma mais-valia, recusando que uma visão mais crítica dos cidadãos em relação ao sistema político deva ser entendida como algo negativo: o aumento do nível de escolaridade e o maior acesso de informação pode ser um fator primordial para se compreender a oposição a regimes não democráticos e a reivindicação por governos mais bem preparados, transparentes e eficientes.

A relação entre desconfiança política e performance política não tem de ter a mesma direção interpretativa. Na verdade, a desconfiança política não é sinónimo incontestável de que a performance política seja má ou que tenha piorado. Isto deve-se a duas razões. Em primeiro lugar, os governos não têm de seguir a sua ação política pela opinião pública e seus sentimentos. As decisões políticas devem ser guiadas pelo bem comum e não por instintos populistas, com uma gestão da ação política tendo em vista satisfazer os interesses do eleitorado em função da sua popularidade (Belchior, 2015). Em segundo lugar, estamos a lidar com perceções e julgamentos que podem ser condicionados por diversas razões, tais como o desconhecimento, o desinteresse por assuntos políticos, a discórdia em relação a um assunto em concreto, a influência de comentadores políticos ou apreciações de natureza pessoal (Belchior, 2015). Esse condicionamento foi percecionado por Hetherington e Husser (2012), ao constatarem que a confiança no governo norte-americano varia conforme a área de governo que está em destaque em determinado momento: “a quantidade de confiança que as pessoas transmitem e o impacto que isso tem dependerá de quais partes do governo estão preparadas para considerar” (p.313). Os norte-americanos estão habituados a olhar para o governo pela sua capacidade de lidar com questões de redistribuição e de raça. Contudo, aquando do onze de setembro, houve um aumento massivo de atenção por parte dos meios de comunicação para as questões de defesa e política externa, alterando as suas preferências

políticas e de confiança em relação ao governo. Os autores concluíram que “quando as questões de defesa se tornam relevantes, as pessoas são preparadas para avaliar a confiabilidade do governo com considerações baseadas na defesa em mente, o que, por sua vez, faz com que a confiança afete as preferências neste domínio” (p.322). O mesmo acontecendo quando as questões predominantes são sobre distribuição e raça: “A confiança terá consequências nos domínios de política que se destacam” (p.323).

O estudo da confiança política suscita o interesse em compreender quem é mais otimista ou mais cético em relação às instituições políticas e ao regime democrático. As pessoas mais otimistas em relação à confiança nas instituições políticas (parlamento, governo, sistema jurídico, partidos políticos, políticos) apresentam, na generalidade, um conjunto de características: em termos sociais, são indivíduos mais escolarizados e pertencem a estratos socioeconómicos mais favorecidos, confirmando um sentimento de confiança política e de satisfação com o sistema político, sendo, conseqüentemente, os que mais votam (Belchior, 2015). Os mais céticos caracterizam-se por adotarem uma forma de participação menos convencional ou desligada de partidos políticos, e quando votam tendem a votar em branco ou nulo ou escolhendo partidos extremistas ou populistas. Os cidadãos que demonstram menos confiança são mais críticos, mas também mais permissivos quanto à aceitação e adoção de comportamentos ilegais (Marien & Hooghe, 2011).

Os efeitos provocados pela crise financeira de dois mil e oito também foram um impulsionador da deterioração da confiança nas instituições políticas. O estudo desenvolvido por Torcal (2014) analisou o problema da crescente desconfiança nas instituições democráticas europeias, com destaque para Portugal e Espanha. Para o período entre dois mil e oito e dois mil e doze, foi registado, em ambos os países, um aumento significativo da desconfiança no parlamento e nos partidos políticos e menos significativo em relação às instituições judiciais. O autor entende que essa “crescente desconfiança institucional se deve em grande parte às perceções dos cidadãos de que o sistema política não responde às suas necessidades” (p.1543). Apesar de o estudo se ter focado num período de crise financeira, em Portugal e em Espanha as preocupações económicas não foram o “melhor indicador de deterioração da confiança nas instituições de representação, tendo quase nenhum efeito sobre a confiança individual nas instituições do Estado” (p.1560). O fator mais contundente para a desconfiança é que “as instituições e seus membros não respondem e, além disso, são corruptos” (p.1560),

ou seja, a responsividade política foi o maior influenciador de confiança nas instituições analisadas.

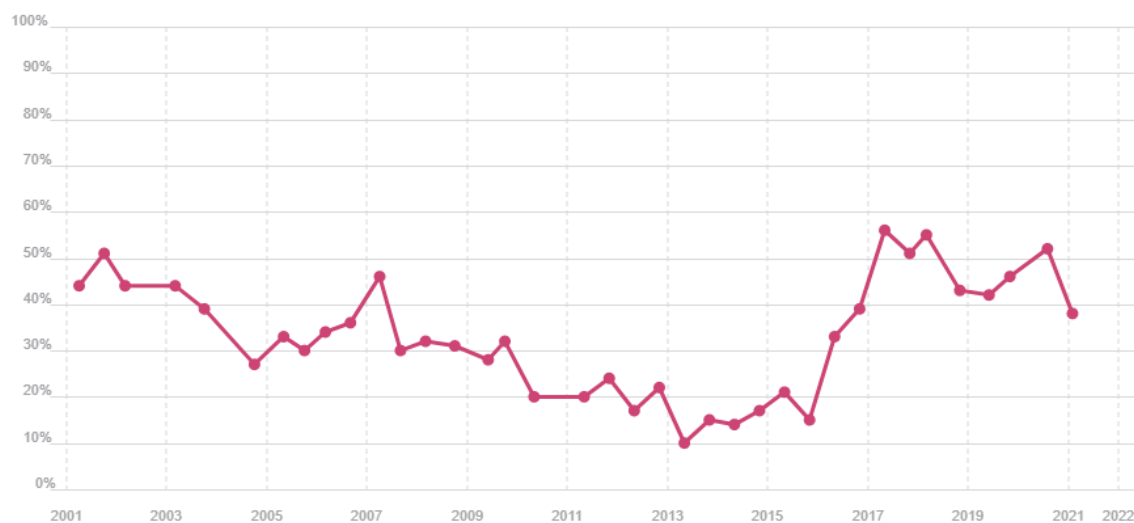
Por sua vez, Muro e Vidal (2016) desenvolveram um estudo com o objetivo de explicar o aumento da desconfiança política desde dois mil e oito em Itália, Portugal, Grécia e Espanha. Apesar de a confiança política ser tradicionalmente baixa nestes países, a crise financeira acentuou a desconfiança política, algo que os autores tentaram compreender através de duas explicações possíveis, partindo de variáveis económicas e/ou políticas como possíveis responsáveis: uma com uma predominância macroeconómica através das variáveis desemprego, PIB per capita, inflação da dívida pública; outra com a predominância política através das variáveis eficácia do governo e corrupção política. Em suma, concluíram que “uma interação entre desempenho económico e escândalos de corrupção é a melhor explicação para os níveis crescentes de desconfiança política no sul da Europa desde a Grande Recessão” (p.18).

Confiança nas instituições políticas em Portugal

As instituições políticas ganharam um papel primordial nas democracias modernas ao serem instituídas como um meio através do qual os cidadãos concretizam as suas aspirações e interesses, sendo-lhes atribuída a função de mediação que possibilita distinguir o regime democrático de outras formas de governo (Teixeira, 2018). A adequada perceção de confiança nas instituições políticas portuguesas revela a necessidade de uma apresentação de dados comparativos e longitudinais, nomeadamente das principais instituições políticas portuguesas: governo, parlamento, partidos políticos e sistema de justiça. As figuras seguintes representam esses resultados:

Figura 2

Nível de confiança no Governo português



Fonte: Eurobarometer (citado em Portal de Opinião Pública, 2021)

Nota: % dos cidadãos que “tendem a confiar” no Governo português

Quando este estudo foi elaborado, o indicador estava atualizado à data de 01.06.2021

Figura 3

Nível de confiança no Parlamento português



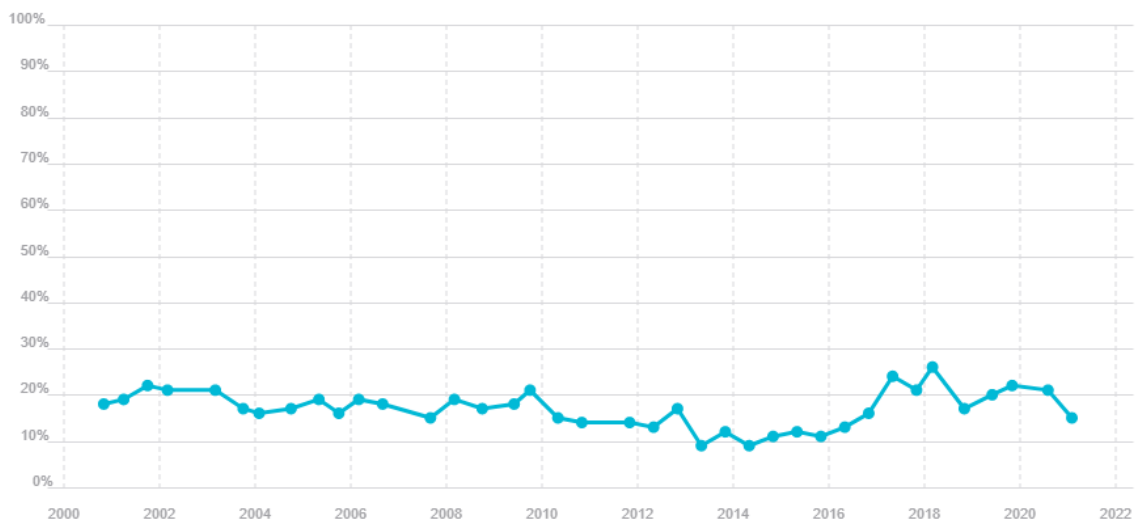
Fonte: Eurobarometer (citado em Portal de Opinião Pública, 2021)

Nota: % dos cidadãos que “tendem a confiar” no Parlamento português

Quando este estudo foi elaborado, o indicador estava atualizado à data de 01.06.2021

Figura 4

Nível de confiança nos partidos políticos portugueses



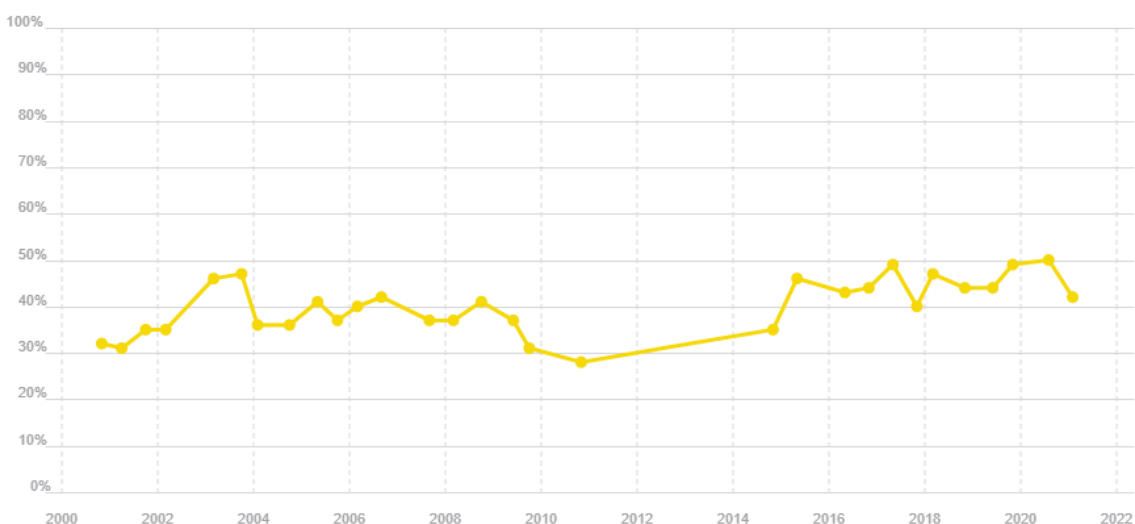
Fonte: Eurobarometer (citado em Portal de Opinião Pública, 2021)

Nota: % dos cidadãos que “tendem a confiar” nos partidos políticos portugueses

Quando este estudo foi elaborado, o indicador estava atualizado à data de 01.06.2021

Figura 5

Nível de confiança no sistema de justiça português



Fonte: Eurobarometer (citado em Portal de Opinião Pública, 2021)

Nota: % dos cidadãos que “tendem a confiar” no sistema de justiça português

Quando este estudo foi elaborado, o indicador estava atualizado à data de 01.06.2021

2.3. Satisfação com a democracia e interesse político

A importância da análise das atitudes e comportamentos dos cidadãos na satisfação com a democracia e o seu interesse político são fundamentais porque os cidadãos são os melhores juízes para julgarem as democracias, os sistemas institucionais e os governos (Pasquino, 2002). Nos estudos comparados de cultura política as avaliações feitas pelos cidadãos têm por base as suas atitudes, crenças e avaliações face à democracia, sendo estas dimensões essenciais numa verificação comparativa daquele desempenho, sobretudo em matéria da respetiva qualidade (Freire, 2003).

As atitudes e comportamentos dos cidadãos podem ser vistas como uma fonte de legitimidade do regime, isto é, podem ser vistas tanto pela confiança que os cidadãos consignam às principais instituições democráticas, como também pela satisfação com o desempenho do sistema democrático (Teixeira, 2018). O apoio ao regime democrático demonstrado pela satisfação dos cidadãos pode ser uma reserva fundamental para as democracias encararem os momentos mais complicados das suas histórias (Linz, 1995). Contudo, a cultura política não se preocupa só com o apoio político – a predisposição dos cidadãos para a participação no processo político também é fundamental (Sanders & Bellucci, 2012). Uma forma de medir o envolvimento político de um cidadão é pelo seu grau de interesse na política (predisposição para discutir assuntos políticos), através da medição de como a população de um país acompanha a atualidade política e consegue formar uma opinião sobre os assuntos políticos. Almond e Verba (1963), além dos traços passivos, também incluem no enquadramento da cultura cívica os traços participativos de envolvimento político dos cidadãos.

Enquanto argumento teórico, estas duas dimensões podem ter várias configurações. Por um lado, é possível que um cidadão concorde com os princípios do regime democrático e demonstre satisfação com os resultados da democracia e, ao mesmo tempo, devido a uma convergência de fatores, não sinta interesse pela política. Contrariamente, um cidadão que esteja insatisfeito com o funcionamento da democracia pode procurar resolver as questões que lhe suscitam maior descontentamento através de um envolvimento mais ativo (Klingemann, 2014).

A investigação académica mais recente ao nível da cultura política ganhou relevância após a Segunda Guerra Mundial com as mudanças políticas ocorridas. Almond e Verba (1963) apresentam um caso paradigmático de envolvimento político: o caso italiano. Este tornou-se referência ao ser caracterizado pela desorganização social, pela desconfiança e por baixos níveis de envolvimento político que se transmitiriam entre sucessivas gerações. Contudo, os autores previram que, com o desenvolvimento económico do pós-guerra, haveria uma distribuição mais equitativa de rendimentos, levando ao enfraquecimento do tradicionalismo e ao aumento da confiança no sistema político. É de salientar que, apesar dos baixos níveis de satisfação com a democracia, o sistema democrático italiano subsistiu sem reformas profundas desde o pós-guerra até mil novecentos e noventa e quatro (Freire, 2003).

Esta característica do povo italiano do pós-guerra era transversal aos restantes países da Europa do Sul pela sua familiaridade cultural. De acordo com alguns autores, a incompatibilidade entre a cultura política e a robustez da democracia resultaria do papel predominante da religião. Lipset (1959) afirmou que o sistema de crenças associado à religião católica era inconciliável com a legitimação da democracia. Almond e Verba (1963) justificaram que a cultura política italiana era muito marcada pelo paroquialismo, evidenciado pela maioria dos votos do partido Democracia Cristã advirem de cidadãos católicos sem interesse pela política.

Também em França a cultura política tem sido alvo de análise, principalmente pela sua diversidade social. Retratando a evolução do capital social em França, Worms (2002) destacou que o Estado francês “desempenhou um papel crucial na formação da sociedade civil” (p.41). Apesar do importante papel do Estado, “praticamente todas as instituições políticas estão sujeitas a um grau extremamente alto de crítica e desconfiança” (p.182). Aquilo que parece ser um desinteresse pela política é, na verdade, uma rejeição de instituições disfuncionais e resulta do anseio por outro tipo de políticas, “ilustrado pelo envolvimento crescente em formas de participação direta na política” (p.184). Ao nível do voto, verificou-se uma tendência em candidatos extremistas, candidatos inelegíveis, votos nulos e abstenções deliberadas. Em consequência, um país com uma “tradição de participação eleitoral relativamente alta, está agora em posição de eleger uma maioria parlamentar representando uma minoria do eleitorado” (p.183).

A diversidade de estudos sobre a cultura política levou a que Torcal e Magalhães (2009, p.42) fizessem uma análise mais profunda sobre se “existe uma cultura política do Sul da Europa?” Aplicaram um conjunto de variáveis para encontrarem uma resposta adequada, tais como confiança social, satisfação com a democracia, confiança no parlamento, interesse pela política e eficácia interna. Os autores quiseram verificar quais os traços comuns entre Itália, Espanha, Portugal e Grécia e as diferenças em relação a outros países europeus. Em resposta à pergunta central do estudo, os autores concluíram que, “na maioria dos casos, o caso do excepcionalismo do Sul da Europa no que diz respeito a atitudes e valores políticos é excepcionalmente difícil de defender” (p.42). Esta conclusão deve-se, por um lado, às diferenças consideráveis em várias dimensões destes países para que haja uma coesão significativa. Por outro lado, em relação a outras democracias europeias, tanto ocidentais como de leste, não se verificaram grandes diferenças em muitos indicadores.

No que concerne a algumas das variáveis analisadas, importa salientar que, relativamente ao nível de apoio ao regime democrático, não parece haver diferenças entre as democracias da Europa do Sul e as restantes democracias europeias ocidentais. Quanto à confiança nas instituições e à confiança social, existem padrões de semelhança entre as democracias da Europa do Sul e as recentes democracias da Europa de Leste. No que respeita aos níveis de rejeição das alternativas autoritárias, níveis de satisfação com a democracia e níveis relatados de participação política, entre Itália, Espanha, Portugal e Grécia, parece haver mais diferenças do que alegadas semelhanças (Torcal & Magalhães, 2009).

A única exceção aparente diz respeito ao interesse político: as democracias da Europa do Sul parecem ter um “nível persistente e comparativamente baixo” de envolvimento na esfera política em comum com as demais democracias europeias. A explicação mais preponderante do interesse político é encontrada no nível de educação dos cidadãos, sendo que Itália, Espanha, Portugal e Grécia apresentam níveis mais baixos de educação (Torcal & Magalhães, 2009, p.42).

Recentemente, a literatura sobre cultura política tem demonstrado um interesse na crise financeira de dois mil e oito, com o intuito de analisar o impacto entre os cidadãos e os sistemas políticos. Numa perspetiva geral, uma perceção negativa da situação económica tende a erodir as avaliações da democracia, sendo que “a satisfação com o funcionamento da

democracia é afetada pela percepção da economia” (Cordero & Simón, 2015, p.15). A crise financeira de dois mil e oito provocou grandes mudanças, concretamente nos países que sofreram resgates económicos e estiveram sob supervisão da Troika, como Portugal, em que “os cidadãos insatisfeitos com a economia aumentam o seu apoio aos valores democráticos” (p.16).

Satisfação com a democracia e interesse político em Portugal

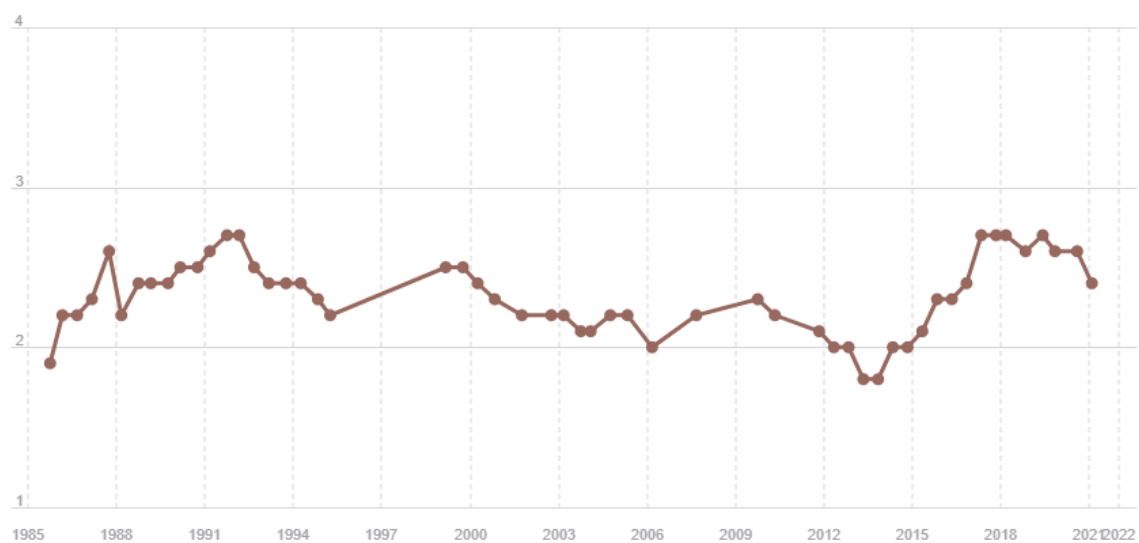
Relativamente ao grau de satisfação dos portugueses com a democracia, entre dois mil e dois mil e dezasseis, o nível de satisfação passou de quarenta e oito por cento para quarenta por cento, sendo que os níveis mais baixos correspondem ao período entre dois mil e onze e dois mil e quatorze, período do resgate financeiro e da intervenção da Troika em Portugal. No período a posteriori constatou-se um claro otimismo em relação à democracia, passando de trinta e três por cento em dois mil e quatorze para cinquenta e dois por cento em dois mil e dezasseis (Teixeira, 2018).

Considerando o interesse dos cidadãos portugueses por assuntos políticos, em dois mil e doze, entre vinte e dois países europeus, Portugal ocupava a última posição, no extremo oposto dos países escandinavos (Dinamarca, Suécia e Noruega), Alemanha e Suíça. Ressalta-se que, nesses países, menos de metade dos inquiridos admitiam ter interesse pela política, e em Portugal eram menos de um quarto. A tendência crescente de desinteressados acarreta preocupações porque a tomada de decisões fundamentadas implica interesse e informação pela política. E embora essa tendência possa ser decifrada por sentimentos de desconfiança, insatisfação e alheamento político, também é sinónimo de demissão dos deveres dos cidadãos (Belchior, 2015).

As figuras seguintes representam, para Portugal, a evolução destas duas dimensões da cultura política em relação à democracia.

Figura 6

Nível de satisfação com a democracia portuguesa



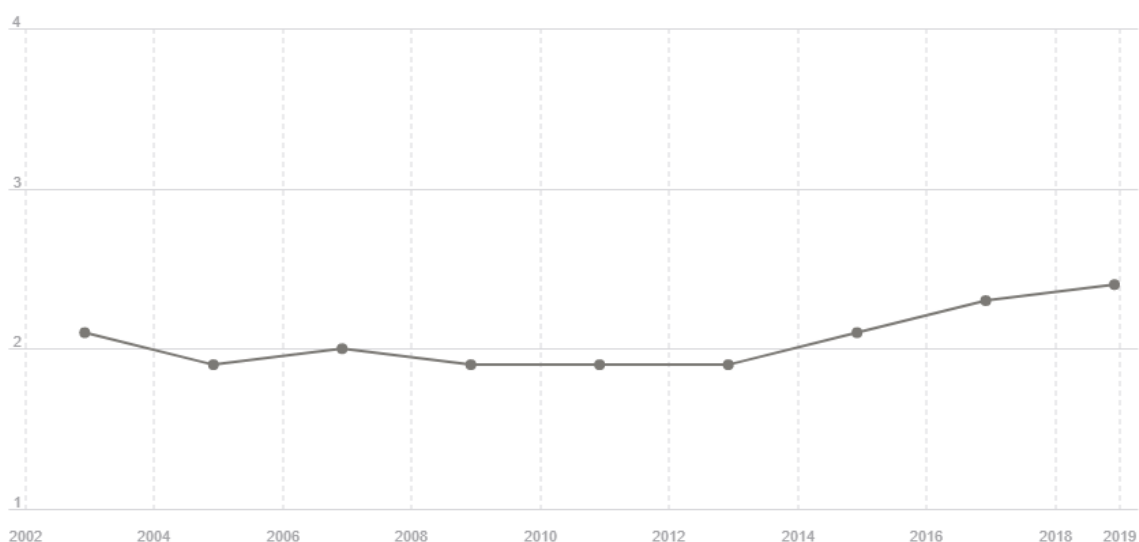
Fonte: Eurobarometer (citado em Portal de Opinião Pública, 2021)

Nota: Valor médio, numa escala de 1 (nada satisfeito) a 4 (muito satisfeito)

Quando este estudo foi elaborado, o indicador estava atualizado à data de 01.06.2021

Figura 7

Nível de interesse político dos portugueses



Fonte: Eurobarometer (citado em Portal de Opinião Pública, 2021)

Nota: Valor médio, numa escala de 1 (nada satisfeito) a 4 (muito satisfeito)

Quando este estudo foi elaborado, o indicador estava atualizado à data de 07.07.2020

2.4. Democracia e Covid-19

Numa observação geral às crises, as respostas, numa perspetiva de desempenho, podem acolher um conjunto de críticas ou um reforço do *status quo*, dependendo do desempenho das instituições políticas e de como os cidadãos percebem o seu desempenho (Campbell, 2012). Numa perspetiva de apoio político, as respostas adotadas face às crises podem afetar o apoio político de duas formas. Numa primeira forma, podem unir os cidadãos em torno das instituições quando há a perceção de que as políticas adotadas ajudaram a resolver o problema ou pelo menos o aliviaram (Healy & Malhotra, 2009). Numa segunda forma, podem alterar o apoio às instituições devido à mudança de visão que os cidadãos têm das mesmas, podendo, por exemplo, provocar uma mudança de regime (Ruiz-Rufino & Alonso, 2017).

Relativamente à pandemia provocada pela doença Covid-19, esta representou um enorme desafio para os regimes democráticos, principalmente no que diz respeito aos problemas causados pelo elevado número de mortes e pela paralisação económica. Em resposta ao possível impacto sanitário da doença, a maioria dos países foi obrigada a medidas de confinamento social, algo que só acontecia em períodos de guerra ou catástrofes. Embora possam ser medidas compreendidas pela maioria da população como o meio mais eficaz para conter a propagação do vírus SARS-CoV-2, elas foram fortemente redutoras das liberdades individuais, diminuíram o capital social e trouxeram extrema insegurança económica (Fetzer *et al.*, 2020).

A pandemia proporcionou um conjunto de estudos sobre as consequências pandémicas no suporte político às democracias e a literatura tem mostrado que não há consenso sobre as consequências políticas da crise, muito em resultado de não ter decorrido o tempo necessário para essa avaliação.

Numa análise aos comportamentos políticos provocados pela pandemia nas eleições locais do Estado da Baviera, no Sul da Alemanha, podemos afirmar que a pandemia beneficiou consistentemente o partido dominante e os seus candidatos, que obtiveram melhores resultados nas áreas mais afetadas pela pandemia (Leininger & Shaud, 2020). Isto permitiu aos autores concluir que os resultados alcançados “contradizem as afirmações teóricas de que eventos negativos reduzem o apoio aos políticos em exercício” (p.28).

Merkley *et al.* (2020, p.313) realizaram uma análise a membros do Parlamento Federal canadiano, nomeadamente a redes sociais, tendências de pesquisa no Google e opiniões públicas para avaliarem as respostas à pandemia. Concluíram que “as elites políticas no Canadá apresentam uma frente unida sobre a natureza e a gravidade da pandemia Covid-19”.

A percepção de que há um apoio em torno dos líderes em situações de guerra ou ataques terroristas leva ao questionamento sobre se as medidas de confinamento aplicadas no início da pandemia diferem das crises estudadas na literatura que são respostas a crises políticas com efeitos negativos sobre a economia. O estudo foi direcionado a dinamarqueses desempregados nas primeiras três semanas de confinamento sobre a confiança nas instituições democráticas. Os resultados mostram que a confiança no governo foi maior após o anúncio do confinamento e foi aumentando com o evoluir da pandemia. O aumento da confiança também se verificou em instituições como o sistema de justiça e o setor público em geral, mas é menos claro em relação ao parlamento. Utilizando dois procedimentos estatísticos, estimativas *ordinary least squares* e *interrupted time series*, os resultados foram semelhantes. Baekgaard *et al.* (2020) concluíram que os cidadãos tendem a unir-se em tempos de crise e que esse aumento de confiança tende a transbordar para instituições que não estão envolvidas diretamente nas decisões de gestão da crise.

Numa pesquisa realizada a cidadãos espanhóis por forma a analisar as suas reações aos dilemas democráticos colocados pela pandemia, Amat *et al.* (2020) verificaram uma tendência de mudança no sentido de uma governação tecnocrática e de uma liderança forte. Embora essa mudança possa ser temporária e até racional numa troca de liberdades civis e pluralismo pela proteção contra o vírus, os autores levantaram a questão sobre essas preferências tecnocráticas e autoritárias terem consequências duráveis para as democracias afetadas. Existem dois modos pelo qual a pandemia pode afetar a democracia: o modo direto corresponderia a uma transformação durável das preferências de representação sob a atualização negativa de um conjunto de crenças da capacidade de proteção dos regimes democráticos, representativos e liberais; o modo indireto corresponderia ao impacto da pandemia, que seria uma oportunidade para os pretendentes a líderes autoritários conquistarem e centralizarem o poder, aumentando o controlo e a vigilância da população.

Nos Estados Unidos da América foi realizada uma pesquisa de âmbito nacional para avaliar como o partidatismo e as informações políticas moldam os comportamentos em relação às atitudes políticas. Os resultados, sem efeitos estatisticamente significativos, mostraram que o fornecimento de informações partidárias e políticas sobre a doença Covid-19 não originou uma mudança mensurável na confiança política ou nas preferências políticas (Gadarin *et al.*, 2020). No mesmo país, para se estudar a influência do partidatismo político nas respostas comportamentais na prevenção à doença Covid-19 através das recomendações dos Governadores dos Estados Federais, foram usadas estatísticas de mobilidade derivadas de dispositivos de geolocalização. Os resultados mostraram a importância das mensagens dos governadores estaduais, mas também mostraram que o partidatismo político influenciou as respostas dos cidadãos às mensagens dos governadores sobre a necessidade de haver um distanciamento físico e uma permanência nos domicílios. Quanto à influência dos partidos, os Estados Federais com tendência democrata foram especialmente receptivos às mensagens dos governadores republicanos, enquanto que Estados Federais com tendência republicana responderam com menos força às mensagens dos governadores (Grossman *et al.*, 2020).

O combate à doença Covid-19 obrigou a que muitas medidas drásticas fossem tomadas pelos governos, muitas delas em difícil equilíbrio entre a necessidade de proteção das populações e a preservação dos direitos e liberdades fundamentais. Não sendo um equilíbrio consistente, Engler *et al.* (2021) investigaram a relação entre a qualidade (maior ou menor restrição de liberdades individuais e concentração e poder) da democracia e as respostas dos governos no combate à doença Covid-19. Numa análise a trinta e quatro democracias europeias verificaram uma grande variedade na forma como os governos lidaram com o dilema democrático na primeira vaga da doença Covid-19. Nos países onde a qualidade da democracia é maior em tempos normais, os governos foram bastante resistentes a tomar medidas possivelmente conflitantes com os princípios democráticos, havendo uma “associação forte e estatisticamente robusta entre a proteção constitucional e o respeito de fato pelas liberdades individuais, por um lado, e a relutância dos governos em restringir tais liberdades como parte da luta contra a Covid-19 por outro” (p.1095).

Existe, frequentemente, o pressentimento de que os regimes democráticos não fornecem uma resposta rápida, forte e eficaz a uma crise pandémica como os regimes autoritários; estes últimos têm a capacidade de agir mais rapidamente, com mais força, com uma mobilização de

recursos mais eficaz e sem a preocupação de consequências eleitorais. A falta de uma resposta rápida e eficaz das democracias, alega-se, sem evidências concretas, que resulta em maior número de infeções e efeitos mais negativos para a saúde. Para a doença Covid-19, o estudo desenvolvido por Karabulut *et al.* (2021) demonstrou que, apesar das taxas de infeção do vírus parecerem mais altas em países democráticos, as taxas de letalidade observadas foram mais baixas. Os resultados também mostraram que houve uma associação negativa entre as taxas de letalidade e as tentativas de os governos censurarem os meios de comunicação social – contudo, essa censura relacionou-se positivamente com a taxa de infeção. Os autores concluíram que “os países democráticos podem reagir lentamente no curto prazo, mas valorizam mais a vida e a saúde humana” (p.3).

Democracia e Covid-19 em Portugal

Considerando a situação portuguesa, evidenciamos como foi percecionada a resposta das instituições políticas portuguesas à crise pandémica, pelo menos na primeira fase. De acordo com Silva *et al.* (2021), Portugal foi elogiado internacionalmente pelo exemplo demonstrado quando comparado com outros países do Sul da Europa. As medidas adotadas pelo governo para responder à propagação inicial do vírus contou com o apoio dos cidadãos e de várias partes da sociedade portuguesa. Os partidos da oposição mantiveram um tom pragmático e conciliador durante as fases de confinamento e o Chefe de Estado teve um papel de grande colaboração com o governo. Os baixos níveis de polarização política e um clima de colaboração que se verificou entre partidos foram fatores que proporcionaram aquilo que os autores apelidaram de “milagre português”.

PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo 3. Metodologia

3.1. Objetivo e âmbito do estudo

No que diz respeito à revisão da literatura, o nosso estudo desenvolveu-se numa perspetiva de avaliação da qualidade da democracia, nomeadamente através da confiança nas instituições democráticas como o governo, o parlamento, os partidos e o sistema de justiça, e também através da satisfação com a democracia e no interesse político dos cidadãos. A avaliação da qualidade da democracia é construída a partir da perceção política dos cidadãos, tendo como base a cultura política dos cidadãos. No estudo que a Parte II apresentará, pretendemos perceber o efeito de um choque exógeno, a pandemia provocada pela doença Covid-19, na avaliação da qualidade da democracia portuguesa.

A abordagem metodológica consistirá num conjunto de parâmetros de conexão entre a componente teórica e a componente empírica do estudo. A consecução da componente empírica deve ser adequada com os pressupostos do estudo e coerente com a componente teórica. Isto é, deve ser adotada a melhor técnica de recolha e tratamento de dados que se coadune ao espaço temporal delimitado para a elaboração do estudo. A par disso, deve haver uma certa aproximação às técnicas de recolha e tratamentos de dados adotadas nos estudos mencionados no estado da arte, possibilitando uma futura comparação e fundamentação de conclusões. Também deve haver um enquadramento com os objetivos do estudo, tendo por finalidade validar ou rejeitar as hipóteses de investigação e responder às perguntas de investigação.

A pandemia provocada pela doença Covid-19 obrigou os governos democráticos a adotarem medidas severas e restritivas dos direitos e das liberdades individuais dos cidadãos em interesse de um bem coletivo. A aceitação ou rejeição dessas medidas em detrimento dos direitos individuais provocou um conjunto de atitudes ou perceções positivas ou negativas sobre a democracia, influenciando a sua qualidade. É a partir deste contexto que surge a nossa pergunta de investigação central: De que forma a pandemia provocada pela doença Covid-19

afetou a qualidade da democracia portuguesa? Como perguntas de investigação secundárias: De que forma a pandemia provocada pela doença Covid-19 afetou a confiança nas instituições políticas da democracia portuguesa? De que forma a pandemia provocada pela doença Covid-19 afetou a satisfação com a democracia portuguesa e o interesse político dos cidadãos portugueses?

Considerando o referido, o nosso estudo assenta nos seguintes pressupostos: o objeto de estudo são os níveis de confiança nas instituições políticas, a satisfação com a democracia e o interesse político da população portuguesa; como objetivo do estudo, pretendemos perceber o efeito de um choque exógeno – a pandemia – na avaliação da qualidade da democracia portuguesa; relativamente ao espaço temporal do nosso estudo, os indicadores analisados estão compreendidos entre o ano dois mil e o ano dois mil e vinte e um, tendo como ponto principal o impacto causado pela pandemia provocada pela doença Covid-19 em dois mil e vinte.

3.2. Modelo de análise

Os estudos sobre a qualidade da democracia ganharam destaque académico após a segunda guerra mundial com a proliferação do regime democrático por vários países, principalmente na Europa. Nos primeiros tempos, a análise debruçou-se sobre a transição para os regimes democráticos e a sua consolidação. Posteriormente, a atenção académica passou da consolidação do regime democrático para as ameaças ao mesmo.

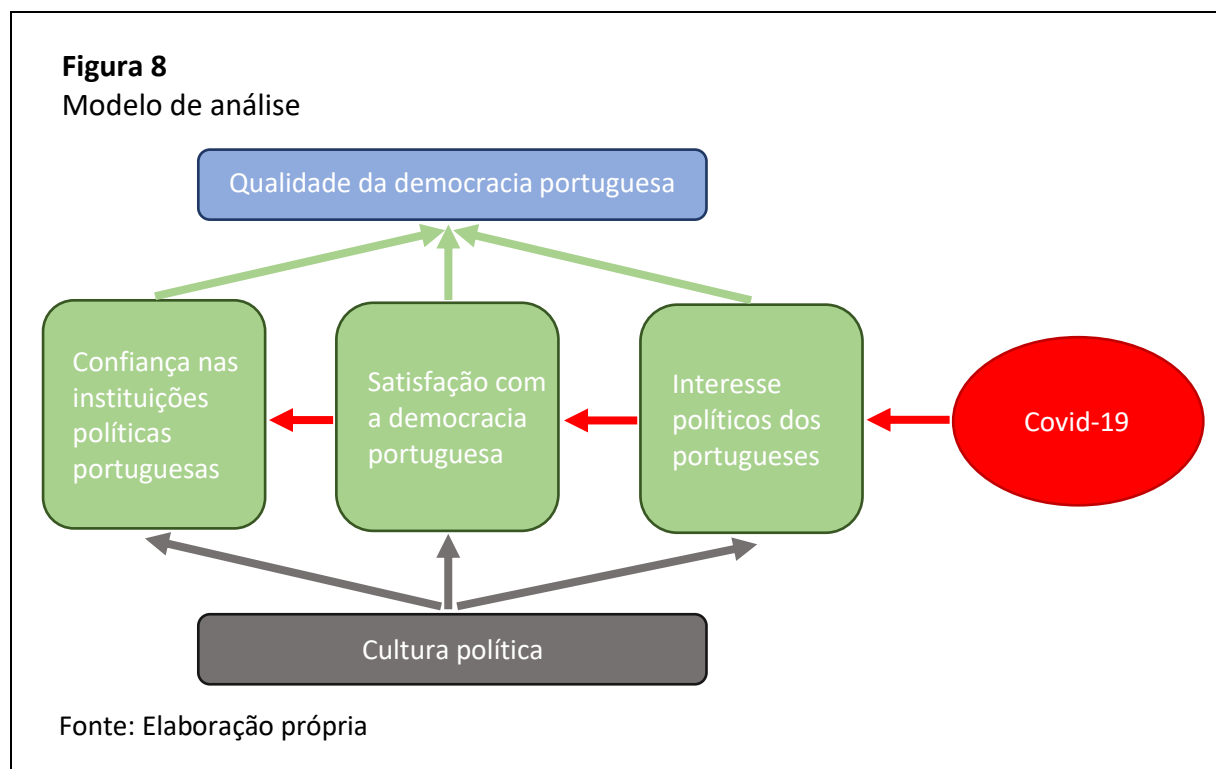
A pluralidade do sistema político democrático tem demonstrado um conjunto de fragilidades, como a lentidão de decisão e a falta de consenso alargado. Estas fragilidades têm sido demonstradas por um descontentamento das populações em relação à atuação do regime, sendo extremado por alguns elementos da sociedade na tentativa de reimplantar, como solução às falhas do regime democrático, regimes autoritários ou democracias iliberais. Subjacente às ações e perceções das populações encontramos uma condicionante vital: a cultura política dos cidadãos, que condiciona o modo de reagir, atuar e avaliar as situações, neste caso a qualidade da democracia.

O último grande caso a provocar descontentamento com a atuação política foi a crise financeira de dois mil e oito. Os impactos, principalmente nos países da Europa do Sul, foram devastadores, destruindo a vida de muitas famílias e hipotecando o futuro de muitos. A forma como as instituições políticas lidaram com o problema refletiu-se no apoio específico à democracia e na avaliação da sua qualidade. A confiança nas instituições políticas, a satisfação com a democracia e o interesse político dos cidadãos têm sido fatores de avaliação dos regimes democráticos. A maioria dos estudos sobre a crise financeira de dois mil e oito evocaram um enorme retrocesso avaliativo nestes fatores. Os dados mostram que o regime democrático não está em risco, apesar das tentativas em alguns países para que tal aconteça, mas há um enorme descontentamento com a sua atuação.

A partir dos dados obtidos, pretendemos aplicar ao nosso estudo os mesmos fatores de avaliação da qualidade da democracia que foram aplicados noutros períodos e estudos, restringindo-nos à democracia portuguesa. A restrição geográfica deve-se ao facto de, contrariamente ao que aconteceu na última crise financeira, em que a Comissão Europeia teve um papel central na resolução da crise, na crise pandémica, à exceção da compra de vacinas

e da emissão de dívida europeia, cada Estado-membro tomou as suas medidas de combate à pandemia e de apoio à população.

No caso de um acontecimento externo como a pandemia provocada pela doença Covid-19, o impacto será repercutido nos fatores que avaliam a qualidade da democracia, sempre influenciados pela cultura política dos cidadãos. Assim, na figura seguinte apresentamos o nosso modelo de análise.



3.3. Hipóteses de investigação

As hipóteses de investigação têm como função proporcionar uma resposta prévia à pergunta de investigação, sendo suportadas e desenvolvidas a partir de estudos já realizados sobre o tema. Isto é, as hipóteses de investigação são suposições admissíveis que procuram solucionar a pergunta de partida e ajudam a compreender o tema. Estas não são necessariamente verdadeiras, pois as mesmas são formuladas para que, no final da investigação, sejam consideradas verdadeiras ou falsas (Sousa & Baptista, 2011).

Um dos grandes tópicos abordados refere-se à confiança nas instituições políticas. A comunidade académica evidencia duas correntes teóricas: a culturalista e a institucionalista. Considerando os pressupostos do estudo, seguimos a corrente institucionalista em que o sistema político é suportado por um conjunto de instituições como o parlamento, o governo, os partidos políticos e o sistema de judicial. Estas são criadoras de confiança política, isto é, há confiança política nas instituições quando estas funcionam adequadamente e produzem boas políticas públicas (Putnam *et al*, 1983; Mishler & Rose, 2001; Marien, 2011; Torcal, 2014; Belchior, 2015; Muro & Vidal, 2016).

Com a proliferação do regime democrático após a segunda guerra mundial, o interesse pelo estudo na confiança das instituições políticas democráticas também ganhou relevo, especialmente na tentativa de compreender a solidificação dessas instituições em períodos complexos após as mudanças de regime. Também o aumento de participação cívica e política dos cidadãos começou a aumentar, tanto pelo crescimento do nível de formação dos cidadãos, como pela permissão e incentivo que está associado ao regime democrático. Obras como *The Civic Culture* e *Making Democracy work – Civic Traditions in Modern Italy* são referências no estudo da confiança política (Almond & Verba, 1963; Putnam, 1993). Recentemente, o impacto que a última crise financeira provocou nos níveis de confiança nas instituições políticas instigou grande interesse académico. Os resultados mostraram uma deterioração no nível de confiança nas instituições políticas, que não sendo inequívoca para todos os países da Europa, há um enfoque na deterioração da confiança nos países do Sul da Europa. O grau de descontentamento não é igualmente proporcional em todas as instituições, havendo diferenças, mas houve um sentimento generalizado de desconfiança (Teixeira & Freire, 2010; Marien, 2011; Torcal, 2014; Muro & Vidal, 2016).

Além da confiança nas instituições políticas, a avaliação da democracia também pode ser feita pelas atitudes e os comportamentos dos cidadãos, isto é, o apoio ao regime democrático também pode ser demonstrado pela satisfação dos cidadãos, podendo ser um fator fundamental em períodos complexos (Linz, 1995). Contudo, a predisposição dos cidadãos para a participação no processo político também é fundamental, podendo ser medido pelo seu grau de interesse na política, ou seja, pela predisposição em discutir assuntos políticos (Sanders & Bellucci, 2012).

Numa perspectiva de desempenho, as respostas às crises podem resultar num conjunto de críticas ou num reforço do *status quo*, dependendo do desempenho das instituições políticas e da forma como os cidadãos percebem o seu desempenho (Campbell, 2012). Quanto ao apoio político, as respostas às crises podem, por um lado, unir os cidadãos em torno das instituições, quando há a percepção de que houve uma solução do problema, ou provocar o contrário, quando há uma mudança de visão que os cidadãos têm das mesmas (Healy & Malhotra, 2009; Ruiz-Rufino & Alonso, 2017).

Crises de natureza diferente implicam medidas políticas distintas. As soluções encontradas para combater a pandemia foram fortemente redutoras das liberdades individuais, diminuíram o capital social e trouxeram um fortíssimo impacto económico (Fetzer *et al.*, 2020). Apesar da dureza das medidas adotadas, verificou-se uma tendência de reforço no apoio, nomeadamente às instituições políticas que adotaram as medidas, como os governos ou os parlamentos. Também os partidos que estavam no poder saíram reforçados nos atos eleitorais (Baekgaard *et al.*, 2020; Leininger & Shaud, 2020).

À data de elaboração deste estudo, a pandemia provocada pela doença Covid-19 ainda era um acontecimento recente, justificando a escassez de estudos sobre o seu impacto na qualidade das democracias, especialmente em relação à satisfação com a democracia e ao interesse político dos cidadãos. Esta condicionante tornou o estudo ainda mais relevante, reforçando o conhecimento nesta área científica.

Os escassos estudos, à data de elaboração do nosso estudo, pressupõem que a doença Covid-19 teve um impacto positivo na qualidade das democracias (Leininger & Shaud, 2020; Merkley *et al.*, 2020; Baekgaard *et al.*, 2020; Karabulut *et al.*, 2021; Silva *et al.*, 2021). Desse modo,

assumimos e testamos que os fatores repercutidos nas seguintes hipóteses de investigação seguem a mesma orientação de reforço da qualidade da democracia portuguesa.

Apresentamos a hipótese geral de investigação e as restantes hipóteses de investigação.

Hipótese geral de investigação: A pandemia provocada pela doença Covid-19 teve um impacto positivo na qualidade da democracia portuguesa.

H1: O impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19 reforçou o nível de confiança política nas instituições democráticas portuguesas.

H1a: O impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19 reforçou o nível de confiança política no Governo português.

H1b: O impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19 reforçou o nível de confiança política no Parlamento português.

H1c: O impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19 reforçou o nível de confiança política nos partidos políticos portugueses.

H1d: O impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19 reforçou o nível de confiança política no sistema de justiça português.

H2: O impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19 reforçou o nível de satisfação com a democracia portuguesa.

H3: O impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19 reforçou o nível de interesse político dos cidadãos portugueses.

3.4. Estratégia de estimação

A metodologia de investigação consiste num processo de definição estratégica da investigação que passa pela escolha do método de investigação e pela escolha da técnica de recolha de dados, em que tudo “depende do objetivo que se pretende atingir” (Carmo, 1998, p.175).

Considerando os métodos de investigação quantitativa e qualitativa, o que melhor se enquadra no objetivo do nosso estudo é o método de investigação quantitativa. Este “integra-se no paradigma positivista, apresentando como objetivo a identificação e apresentação de dados, indicadores e tendências observáveis. Este tipo de investigação mostra-se geralmente apropriado quando existe a possibilidade de recolha de medidas quantificáveis de variáveis e inferências a partir da amostra de uma população” (Sousa & Baptista, 2011, p.53). Neste método de investigação, as hipóteses de investigação e as variáveis estão previamente definidas, baseando-se a validade dos resultados no controlo conceptual e técnico das variáveis do estudo (Sousa & Baptista, 2011).

A resposta à pergunta de investigação tem por base um conjunto de hipóteses de investigação que são testadas no modelo através da aplicação de um conjunto de variáveis. As variáveis são compostas por um conjunto de dados – neste estudo, representam um conjunto de dados secundários que foram obtidos de várias fontes que sustentam as variáveis pré-existentes. Sendo que “os dados secundários provêm da análise documental” (Sousa & Baptista, 2011, p.71), a técnica de recolha de dados aplicada foi a análise documental.

O objeto de estudo são os níveis de confiança nas instituições políticas, a satisfação com a democracia e o interesse político da população portuguesa, nomeadamente através da recolha de opinião. A análise documental é feita por observação indireta a partir de fontes oficiais: isto é, os dados secundários correspondem a um conjunto de indicadores que são elaborados pelo Eurobarometer através da recolha de opinião dos cidadãos europeus. O Eurobarometer⁴ foi um projeto iniciado em mil novecentos e setenta e quatro no seio da Comissão Europeia e atualmente é o instrumento de sondagem utilizado pela Comissão Europeia, Parlamento Europeu e outras instituições e agências da União Europeia para monitorizar regularmente o estado da opinião pública na Europa sobre questões relacionadas

⁴ <https://europa.eu/eurobarometer/about/eurobarometer>

com a União Europeia, bem como as atitudes sobre assuntos de natureza política ou social. Uma outra fonte de recolha de dados é a Pordata⁵, um projeto criado em dois mil e nove pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, consistindo numa base de dados de Portugal contemporâneo e no qual dá corpo a uma das prioridades da fundação: recolha, organização, sistematização e divulgação da informação sobre múltiplas áreas da sociedade, para Portugal, municípios e países europeus.

Pretendendo-se perceber o efeito de um choque exógeno, a pandemia provocada pela doença Covid-19, na avaliação da qualidade da democracia portuguesa, aplicamos a técnica das séries temporais interrompidas como técnica de tratamento de dados.

As séries temporais interrompidas começaram a ser descritas na literatura das ciências sociais na década de mil novecentos e sessenta, envolvendo um conjunto de observações sobre um objeto, sobre um sujeito ou, mais usualmente, sobre casos de saúde pública ou sobre uma população, antes e após uma intervenção (Campbell & Stanley, 1963).

Na análise da série temporal interrompida, uma variável de resultado é observada em vários períodos de tempo igualmente espaçados antes e depois da introdução de uma intervenção que deve interromper o seu nível ou tendência, estimando o efeito de uma intervenção numa variável de resultados para um único grupo de tratamento ou quando comparado com um ou mais grupos de controlo (Linden, 2015).

Uma série temporal é uma sequência contínua de observações de uma população, feita repetidamente (normalmente em intervalos iguais) ao longo do tempo. Num estudo de séries temporais interrompidas, uma série temporal de um determinado resultado de interesse é usada para estabelecer uma tendência subjacente que é "interrompida" por uma intervenção num ponto conhecido no tempo. O cenário hipotético em que a intervenção não ocorreu e a tendência continua inalterada (ou seja: a tendência "esperada", na ausência da intervenção, dada a tendência pré-existente) é referido como o "contrafactual". Este cenário contrafactual fornece uma comparação para a avaliação do impacto da intervenção, examinando qualquer mudança ocorrida no período pós-intervenção (Bernal *et al.*, 2016).

⁵ <https://www.pordata.pt/Sobre+a+Pordata>

Na análise de uma série temporal interrompida é preciso considerar que, na sua abordagem estatística, estamos perante uma regressão segmentada. Isto é, num exemplo com um período de pré-intervenção e um período de pós-intervenção, a regressão segmentada ajusta uma linha de regressão linear de mínimos quadrados separada para cada período. O modelo de pós-intervenção pode mudar de nível, inclinação ou ambos (Wagner *et al.*, 2002). Outro aspeto que é preciso considerar é que, ao contrário da regressão linear em que os dados são independentes, nas séries temporais interrompidas isso não acontece por duas razões. Uma delas é que as observações consecutivas tendem a ser mais similares do que as mais distantes, ou seja, verifica-se uma autocorrelação. A outra razão é que, frequentemente, as observações num mês são semelhantes ao mesmo mês do ano anterior, ou seja, verifica-se uma sazonalidade. Isto acontece, por exemplo, em questões de saúde onde os níveis de gripe são mais elevados nos meses de inverno (Glass *et al.*, 1975).

A aplicação de uma série temporal interrompida pressupõe que os dados devem respeitar dois requisitos. Um deles é que os dados devem abranger os períodos pré-intervenção e pós-intervenção, ou seja, deve haver várias medidas sequenciais ao longo do tempo, antes e depois da intervenção. O outro requisito é que o momento da intervenção deve ser claro para haver uma perfeita distinção entre o período priori e posteriori intervenção (Shadish *et al.*, 2002).

De acordo com Bernal *et al.* (2016), uma série temporal interrompida pressupõe um mínimo de três variáveis:

T: O tempo decorrido desde o início do estudo com a unidade que representa a frequência com que as observações são tomadas (por exemplo, mês ou ano);

X_t : Uma variável *dummy* indicando o período pré-intervenção (codificado 0) ou o período pós-intervenção (codificado 1);

Y_t : O resultado no tempo t.

Numa série temporal interrompida é usado o seguinte modelo de regressão:

$$Y_t = \beta_0 + \beta_1 T + \beta_2 X_t + \beta_3 T X_t$$

β_0 representa o nível da linha base em que $T = 0$, β_1 é interpretado como a mudança no resultado associado a um aumento da unidade de tempo (representando a tendência pré-intervenção subjacente), β_2 é a mudança de nível após a intervenção e β_3 indica a mudança de inclinação seguinte à intervenção (usando a interação entre tempo e intervenção: TX_t).

Através deste modelo será possível aferir a evolução temporal dos indicadores, o “salto” registado no momento da pandemia provocada pela doença Covid-19 e o diferencial no ritmo da evolução pós-pandemia. Dos estudos realizados sobre o impacto da doença Covid-19, autores como Bækgaard *et al.* (2020) ou Bol *et al.* (2021) aplicaram a técnica séries temporais interrompidas como técnica de tratamento de dados, o que fomenta a validade da sua aplicabilidade.

Os dados do nosso estudo são categorizados por uma variável independente binária, por um conjunto de variáveis dependentes e por uma variável de controlo que são compostas por um conjunto de indicadores.

Variáveis dependentes

Conforme o nosso objetivo inicial, a análise teve em consideração as dimensões demonstradas na tabela seguinte:

Tabela 3

Variáveis dependentes

Variável	Unidade de medida	Frequência temporal	Amostra	Fonte ⁶
Confiança no governo	Porcentagem (escala de 0% a 100%)	Anual entre 2001 e 2021	Média de 1000 inquéritos em Portugal	Eurobarometer (2022)
Confiança no parlamento	Porcentagem (escala de 0% a 100%)	Anual entre 2000 e 2021	Média de 1000 inquéritos em Portugal	Eurobarometer (2022)
Confiança nos partidos	Porcentagem (escala de 0% a 100%)	Anual entre 2000 e 2021	Média de 1000 inquéritos em Portugal	Eurobarometer (2022)
Confiança no sistema de justiça	Porcentagem (escala de 0% a 100%)	Anual entre 2000 e 2021	Média de 1000 inquéritos em Portugal	Eurobarometer (2022)
Satisfação com a democracia	Escala de 1 (nada satisfeito) a 4 (muito satisfeito)	Anual entre 2000 e 2021	Média de 1000 inquéritos em Portugal	Eurobarometer (2022)
Interesse político dos cidadãos	Escala de 1 (nenhum interesse) A 4 (muito interesse)	Bianual entre 2002 e 2016 Anual entre 2017 e 2021	Média de 1000 inquéritos em Portugal	Eurobarometer (2022)

Fonte: Elaboração própria

⁶ Eurobarometer: Standard Eurobarometer 52 a Standard Eurobarometer 95.

Variável de controlo

Conforme o nosso objetivo inicial, a análise teve em consideração as dimensões demonstradas na tabela seguinte:

Tabela 4
Variável de controlo

Variável	Unidade de medida	Frequência temporal	Amostra	Fonte
Taxa de crescimento real do PIB	Porcentagem	Anual entre 2000 e 2021	População residente em Portugal, média anual: total e por sexo	Pordata (2022)

Fonte: Elaboração própria

Capítulo 4. Resultados

4.1. Resultados estatísticos descritivos

Analisados os dados recolhidos por meio das técnicas estatísticas, apresentamos os resultados estatísticos descritivos das variáveis do estudo.

Tabela 5

Resultados estatísticos descritivos das variáveis do estudo

Variável	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo	Unidade de medida
Confiança no governo	0,3409	0,1279	0,1250	0,5350	Porcentagem (escala de 0% a 100%)
Confiança no parlamento	0,3659	0,1079	0,1400	0,5250	Porcentagem (escala de 0% a 100%)
Confiança nos partidos	0,1713	0,0362	0,1000	0,2250	Porcentagem (escala de 0% a 100%)
Confiança no sistema de justiça	0,4052	0,0545	0,3200	0,5000	Porcentagem (escala de 0% a 100%)
Satisfação com a democracia	2,2595	0,2401	1,8000	2,7000	Escala de 1 (nada satisfeito) a 4 (muito satisfeito)
Interesse político dos cidadãos	2,1331	0,2077	1,9000	2,5500	Escala de 1 (nenhum interesse) a 4 (muito interesse)
Taxa de crescimento real do PIB	0,0066	0,0298	-0,0844	0,0490	Porcentagem

Fonte: Elaboração própria

No âmbito dos resultados estatísticos descritivos das variáveis, observamos que a variável “Confiança no governo” apresenta uma média de confiança tendencialmente reduzida e com uma baixa dispersão de valores. Quanto à escala de “Confiança no governo”, verificamos que o nível de confiança máximo das opiniões expressadas é escassamente superior a cinquenta por cento, indicando que a grande maioria se encontra abaixo dos cinquenta por cento. Relativamente às restantes variáveis de confiança, verificamos uma similitude de valores para os mesmos parâmetros.

Em relação às variáveis “Satisfação com a democracia” e “Interesse político dos cidadãos”, observamos médias ligeiramente superiores à mediana da escala de valores, havendo uma menor dispersão de valores na variável “Interesse político dos cidadãos”. Quanto à escala de “Satisfação na democracia”, verificamos que o nível de satisfação máximo das opiniões expressadas é razoavelmente superior a cinquenta por cento, o mesmo se verificando na variável “Interesse político dos cidadãos”.

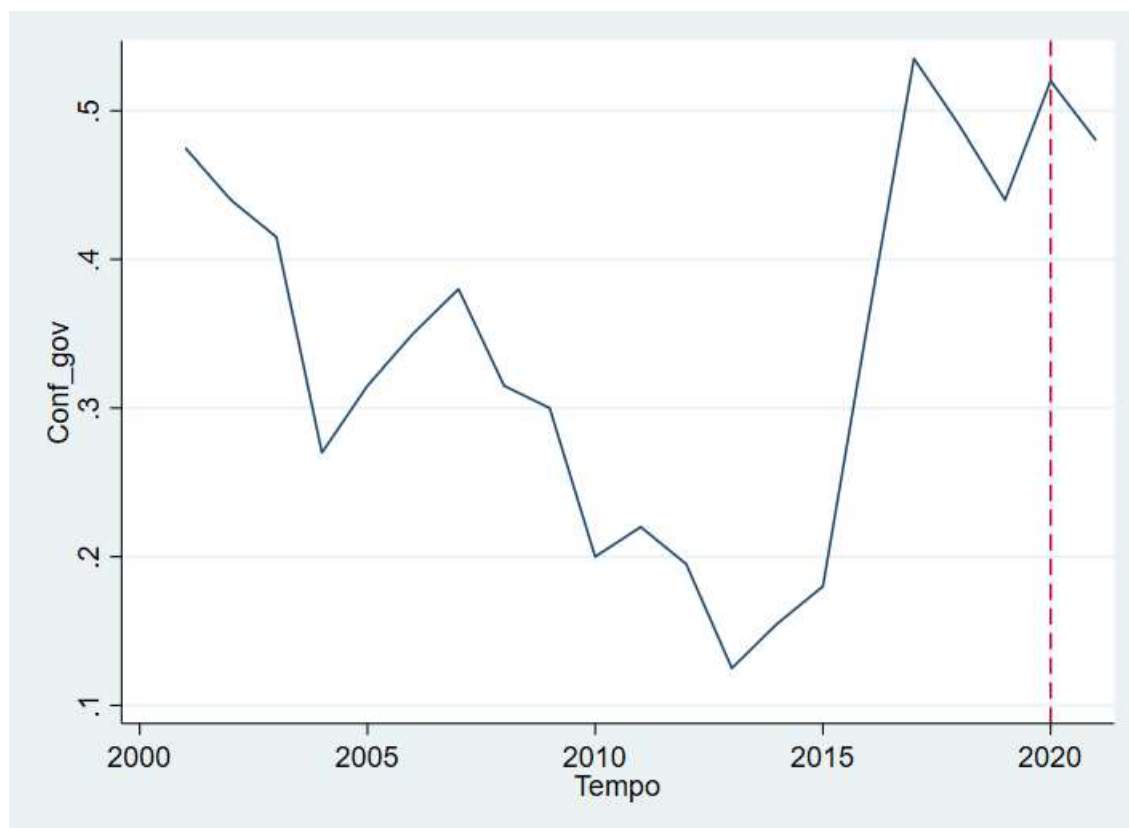
No que respeita à variável de controlo “Taxa de crescimento real do PIB”, observamos uma média de crescimento muito reduzida e uma baixa dispersão de valores. Quanto à escala de crescimento verificamos que o crescimento máximo obtido nos anos analisados foi de aproximadamente cinco por cento.

Os valores apresentados indicam-nos que os níveis de confiança nas instituições políticas, em média, são tendencialmente reduzidos desde o início do século XXI. No que respeita à “Satisfação com a democracia”, os valores indicam que há, em média, uma satisfação generalizada com a democracia, o mesmo se verificando no “Interesse político dos cidadãos”. A “Taxa de crescimento real do PIB” registou, em média, um crescimento muito reduzido desde o início do século XXI, havendo anos em que o PIB foi negativo, provocando recessão, conforme demonstrado no valor mínimo observado.

As figuras que se seguem correspondem às representações gráficas dos resultados estatísticos descritivos das variáveis dependentes.

Figura 9

Resultado estatístico descritivo da variável dependente “Confiança no governo”



Fonte: Elaboração própria

Considerando a unidade de medida, verificamos, desde dois mil e um até dois mil e treze, uma acentuada descida no nível de “Confiança do governo” com ressalva para ligeiras subidas nesse período. O nível de confiança mais baixo registou-se no ano de dois mil e treze. De dois mil e treze a dois mil e quinze registou-se uma ligeira recuperação e nos dois anos seguintes uma surpreendente recuperação para o máximo de confiança registada no período analisado. Nos anos subsequentes verificaram-se algumas subidas e descidas, mas sempre em torno dos cinquenta por cento do nível de confiança.

Figura 10

Resultado estatístico descritivo da variável dependente “Confiança no parlamento”

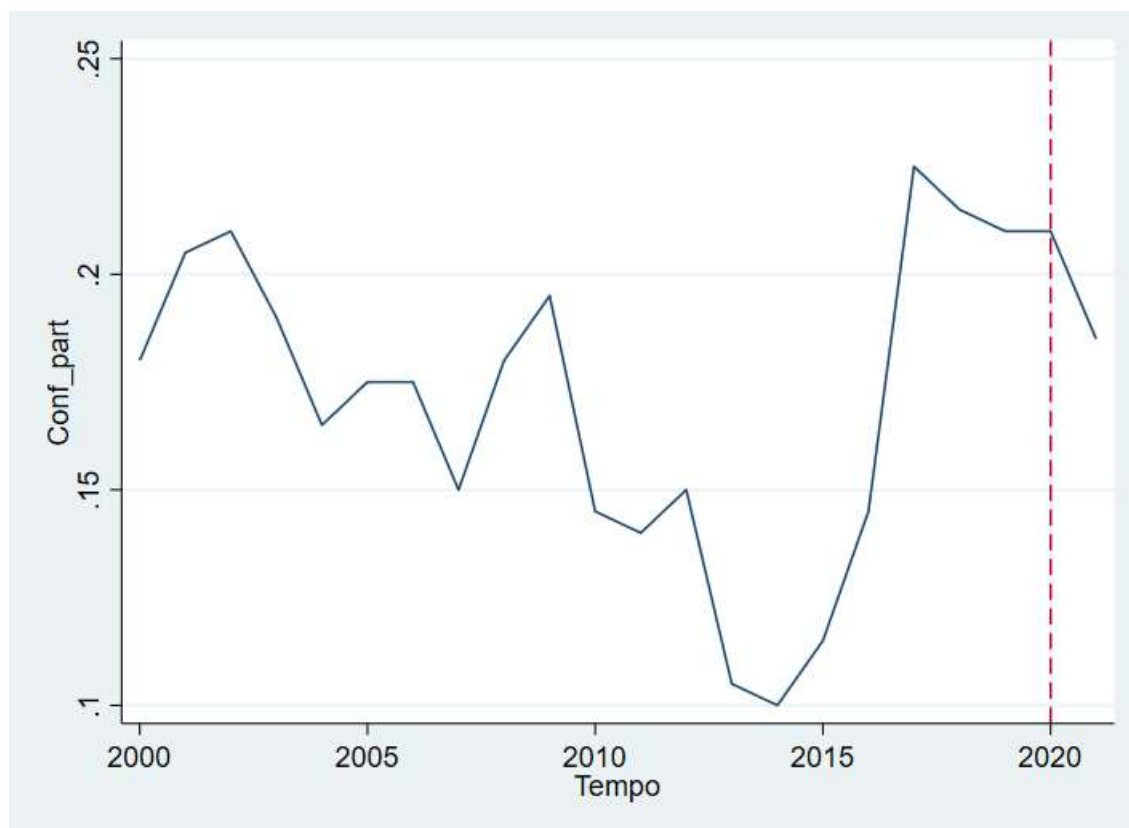


Fonte: Elaboração própria

Considerando a unidade de medida, verificamos que, entre dois mil e dois mil e cinco, o nível de “Confiança no parlamento” oscilou entre os quarenta e os cinquenta por cento. Nos anos seguintes, os níveis de confiança permaneceram estáveis, mas entre dois mil e nove e dois mil e treze houve uma descida acentuada até ao nível mais baixo registado nos períodos analisados. A partir de dois mil e treze houve uma recuperação nos níveis de “Confiança no parlamento”, que se situaram em torno dos quarenta por cento e têm-se mantido estáveis com pequenas oscilações.

Figura 11

Resultado estatístico descritivo da variável dependente “Confiança nos partidos”

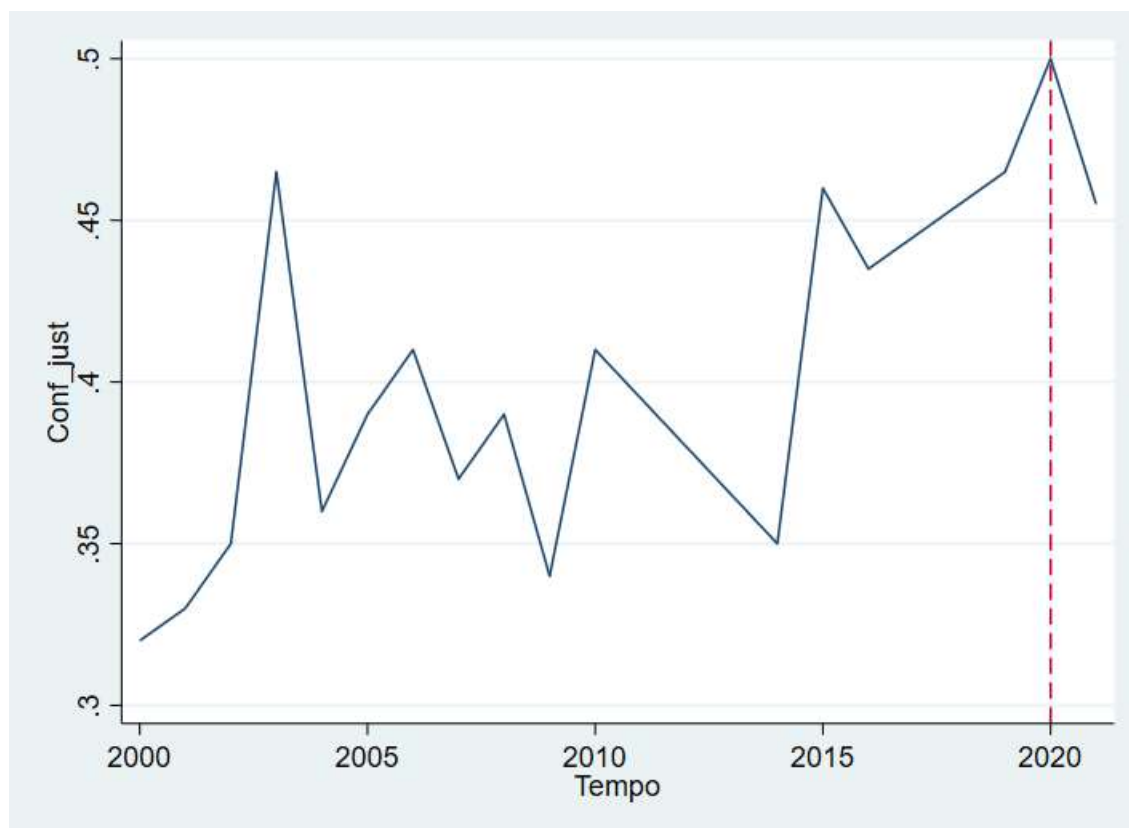


Fonte: Elaboração própria

Considerando a unidade de medida, verificamos que, entre o ano dois mil e dois mil e doze, o nível de “Confiança no parlamento” oscilou num intervalo de sete pontos percentuais, entre os catorze e os vinte e um por cento. Nos dois anos seguintes, houve uma redução considerável até ao mínimo de dez por cento e nos dois anos seguintes uma recuperação muito considerável até ao nível máximo do período analisado. Os anos seguintes têm seguido uma tendência de descida.

Figura 12

Resultado estatístico descritivo da variável dependente “Confiança no sistema de justiça”

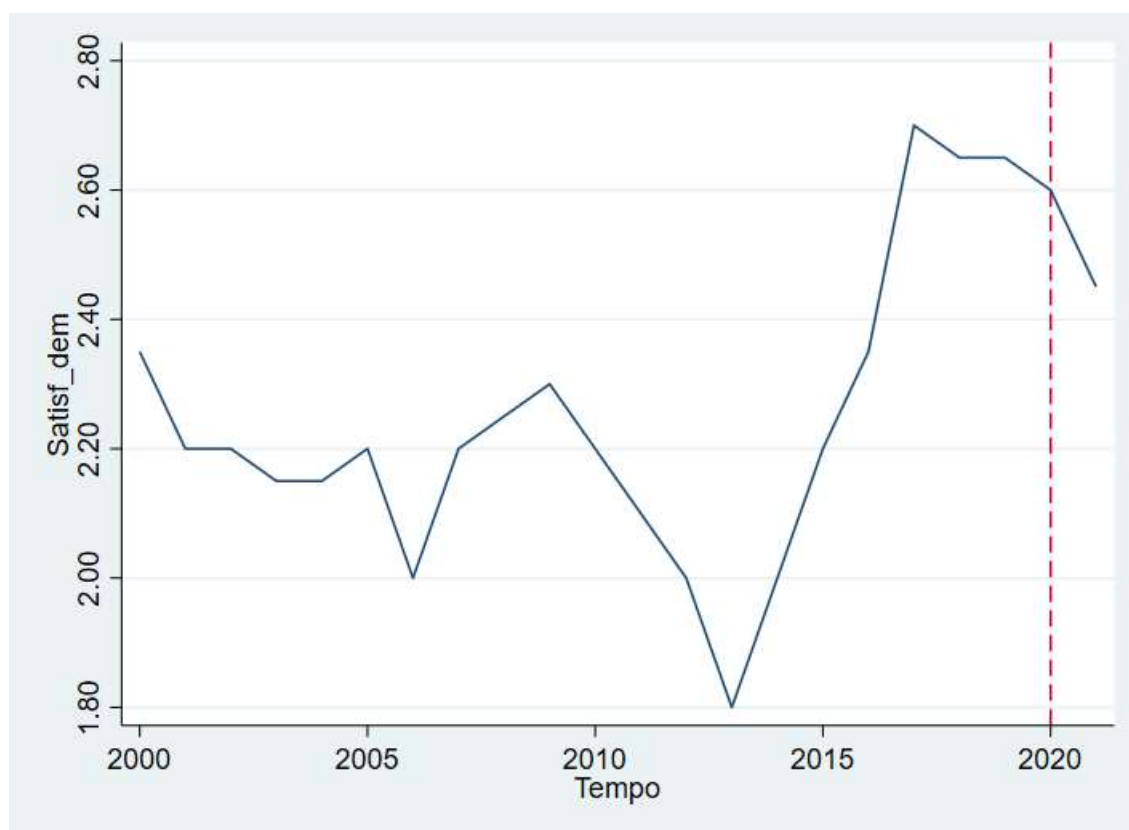


Fonte: Elaboração própria

Considerando a unidade de medida, verificamos grandes oscilações no nível de “Confiança no sistema de justiça” entre o ano dois mil e dois mil e dez. A partir de dois mil e quatorze, houve uma tendência de subida no nível de confiança com ligeiras descidas, sendo que o nível de maior confiança no período analisado registou-se em dois mil e vinte, nos cinquenta por cento.

Figura 13

Resultado estatístico descritivo da variável dependente “Satisfação com a democracia”

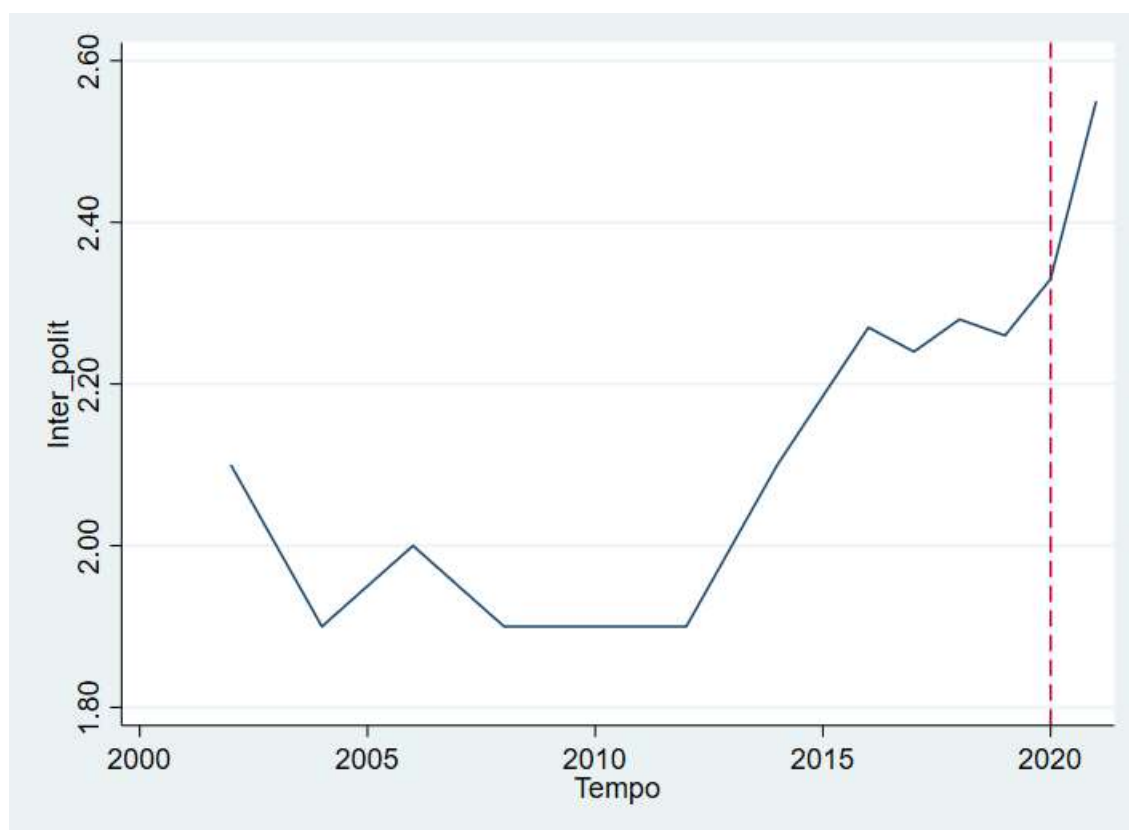


Fonte: Elaboração própria

Considerando a unidade de medida, verificamos um mínimo relativo no nível de “Satisfação com a democracia” nos dois pontos no ano de dois mil e seis. Depois de uma ligeira recuperação, o ano de dois mil e treze registou o mínimo absoluto do período analisado, havendo nos anos seguintes uma consecutiva subida até ao máximo absoluto do período analisado, em dois mil e dezassete. Os anos seguintes têm seguido uma tendência de descida.

Figura 14

Resultado estatístico descritivo da variável dependente “Interesse político dos cidadãos”



Fonte: Elaboração própria

Considerando a unidade de medida, entre os anos dois mil e dois e dois mil e doze, o nível de “Interesse político dos cidadãos” rondou os dois pontos. A partir desse ano, registou-se uma permanente tendência de subida no nível de “Interesse político dos cidadãos”, atingindo o valor mais elevado do período analisado em dois mil e vinte e um.

4.2. Matriz de correlação

A matriz de correlação evidencia os valores de correlação de Pearson, medindo o grau de relação linear entre as variáveis do estudo.

Tabela 6
Matriz de correlação

	Conf. Gov.	Conf. Parl.	Conf. Part.	Conf. Just.	Satf. Dem.	Int. Polít.	Tx. PIB
Conf. Gov.	1,0000						
Conf. Parl.	0,8259	1,0000					
Conf. Part.	0,9093	0,8840	1,0000				
Conf. Just.	0,6880	0,3380	0,5399	1,0000			
Satf. Dem.	0,8086	0,4597	0,7446	0,8100	1,0000		
Int. Polít.	0,7071	0,3069	0,4011	0,6808	0,6704	1,0000	
Tx. PIB	-0,1076	-0,0720	-0,0776	-0,2511	-0,0485	0,0143	1,0000

Fonte: Elaboração própria

Os dados evidenciam que, na maioria das interações, existe uma correlação positiva entre as variáveis, isto é, as variáveis apresentam-se como diretamente correlacionadas. Entre as variáveis com correlação positiva observamos que, a variável dependente “Confiança no governo” apresenta os maiores níveis de correlação com as restantes variáveis.

4.3. Resultados estatísticos inferenciais

Apresentados e analisados os resultados de carácter mais descritivo, procedemos à apresentação dos resultados inferenciais obtidos após a aplicação da regressão de séries temporais interrompidas, usando a “Taxa de Crescimento Real do PIB” como variável de controlo. Os resultados obtidos pela *interrupted time series analysis* para estimar o impacto que as medidas políticas adotadas durante a pandemia provocaram nos indicadores da qualidade da democracia portuguesa estão apresentados em ordem das variáveis dependentes.

Variável dependente “Confiança no governo”

Tabela 7

Resultados da variável dependente “Confiança no governo”

Confiança no governo	
	Coefficiente (Desvio padrão)
Tendência de confiança no governo (período pré-impacto)	-0,004 (0,006)
Impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19	0,540*** (0,115)
Alteração na tendência anterior no pós-impacto (comparativamente ao período pré-impacto)	-0,474** (0,169)
Taxa de crescimento real do PIB	3,284** (1,252)
Constante	0,337*** (0,049)
Número de observações	21
F (3, 16)	24,51
Prob > F	0,0000

Fonte: Elaboração própria

Nota: * Significativamente diferente de zero ao nível de significância de 10% (*p value*)

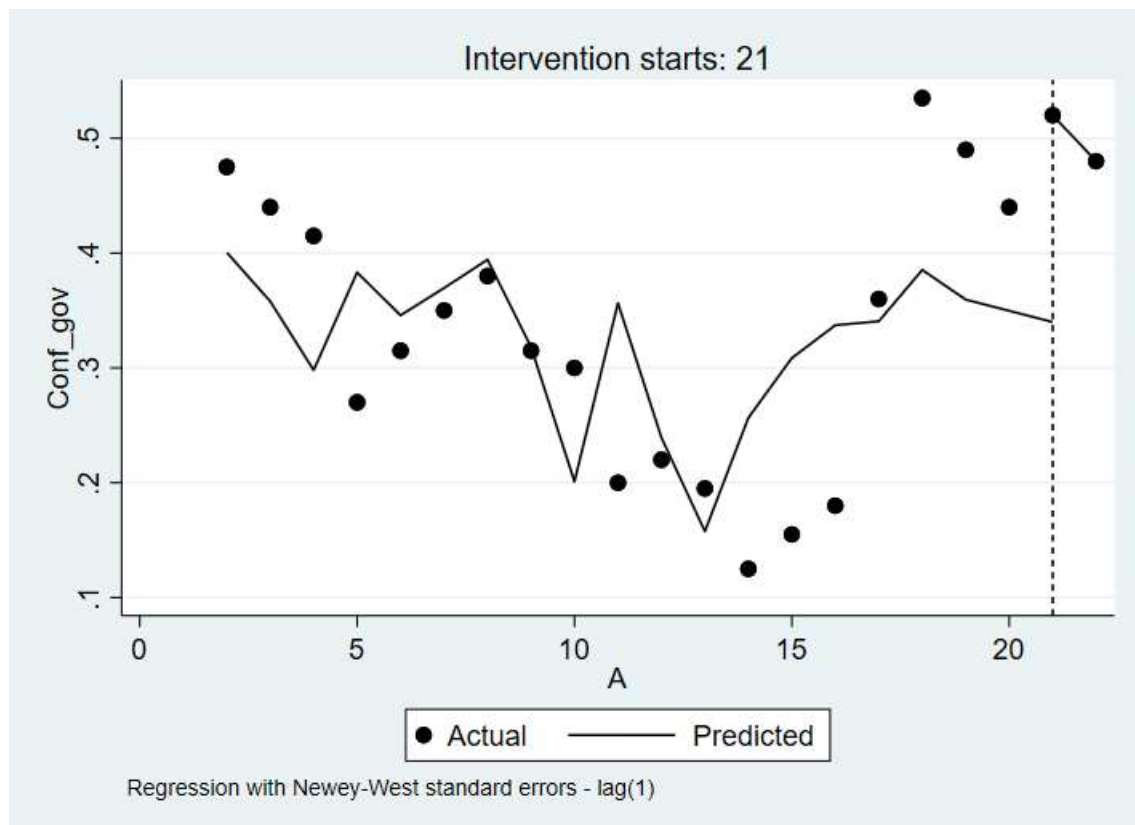
** Significativamente diferente de zero ao nível de significância de 5% (*p value*)

*** Significativamente diferente de zero ao nível de significância de 1% (*p value*)

Os resultados mostram que a pandemia teve um impacto positivo no nível de “Confiança no governo”, na ordem dos cinquenta e quatro pontos percentuais. Contudo, destacamos a significância do período pós-impacto da pandemia, na medida que verificamos uma tendência de agravamento no nível de “Confiança no governo”, que já era negativa, na ordem dos quarenta e sete vírgula quatro pontos percentuais. A figura seguinte representa os resultados obtidos:

Figura 15

Representação da *Interrupted time series analysis* para a variável dependente “Confiança no governo”



Fonte: Elaboração própria

Variável dependente “Confiança no parlamento”

Tabela 8

Resultados da variável dependente “Confiança no parlamento”

Confiança no parlamento	
	Coefficiente (Desvio padrão)
Tendência de confiança no parlamento (período pré-impacto)	-0,01** (0,005)
Impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19	0,381*** (0,112)
Alteração na tendência anterior no pós-impacto (comparativamente ao período pré-impacto)	-0,285* (0,148)
Taxa de crescimento real do PIB	2,097* (1,102)
Constante	0,434*** (0,417)
Número de observações	22
F (3, 17)	5,21
Prob > F	0,0098

Fonte: Elaboração própria

Nota: * Significativamente diferente de zero ao nível de significância de 10% (*p value*)

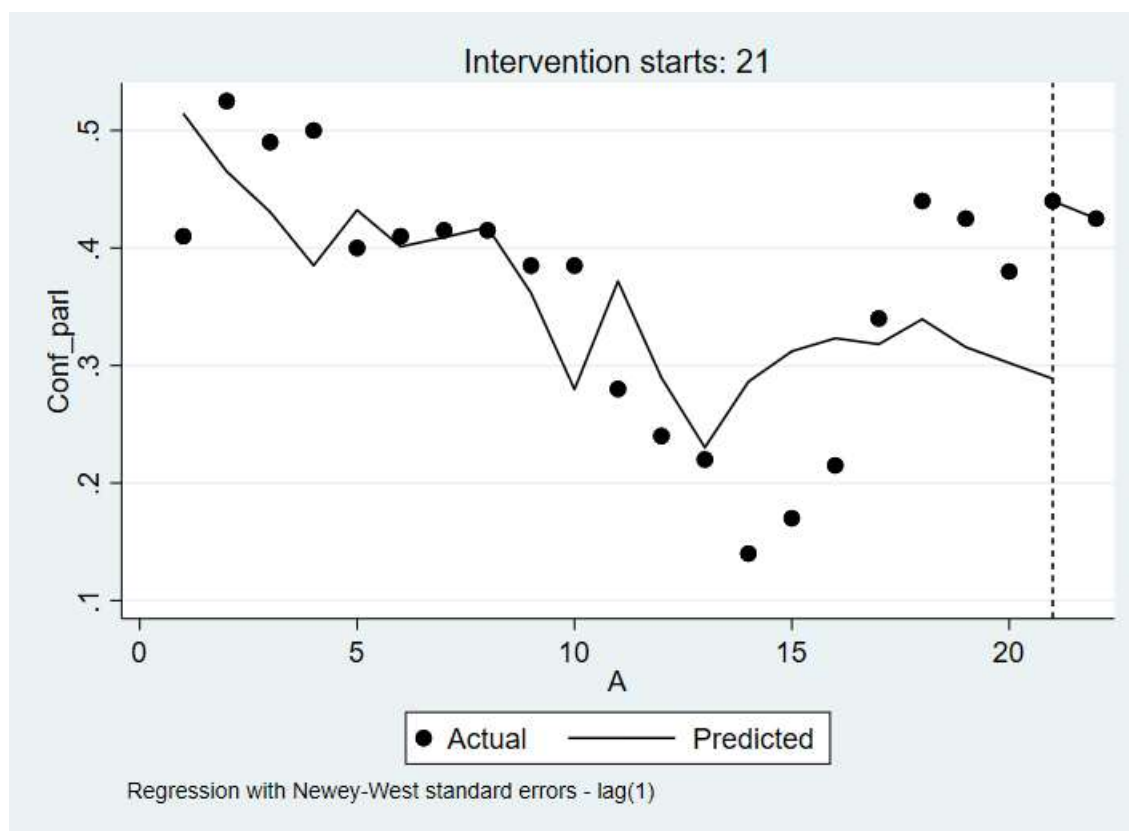
** Significativamente diferente de zero ao nível de significância de 5% (*p value*)

*** Significativamente diferente de zero ao nível de significância de 1% (*p value*)

Os resultados mostram que, ao longo dos anos temos verificado uma tendência decrescente no nível de “Confiança no parlamento”, na ordem de um ponto percentual por ano. Com o impacto da pandemia constatamos um aumento substancial no nível de “Confiança no parlamento”, na ordem dos trinta e oito vírgula um pontos percentuais. No entanto, no período pós-impacto da pandemia verificamos um agravamento da tendência na ordem dos vinte e oito vírgula cinco pontos percentuais, o que se traduz no reforço da tendência, que já era negativa, para os vinte e nove vírgula cinco pontos percentuais. A figura seguinte representa os resultados obtidos:

Figura 16

Representação da *Interrupted time series analysis* para a variável dependente “Confiança no parlamento”



Fonte: Elaboração própria

Variável dependente “Confiança nos partidos”

Tabela 9

Resultados da variável dependente “Confiança nos partidos”

Confiança nos partidos	
	Coeficiente (Desvio padrão)
Tendência de confiança nos partidos (período pré-impacto)	-0,001 (0,002)
Impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19	0,099** (0,038)
Alteração na tendência anterior no pós-impacto (comparativamente ao período pré-impacto)	-0,088 (0,057)
Taxa de crescimento real do PIB	0,478 (0,423)
Constante	0,176*** (0,016)
Número de observações	22
F (3, 17)	960,97
Prob > F	0,0000

Fonte: Elaboração própria

Nota: * Significativamente diferente de zero ao nível de significância de 10% (*p value*)

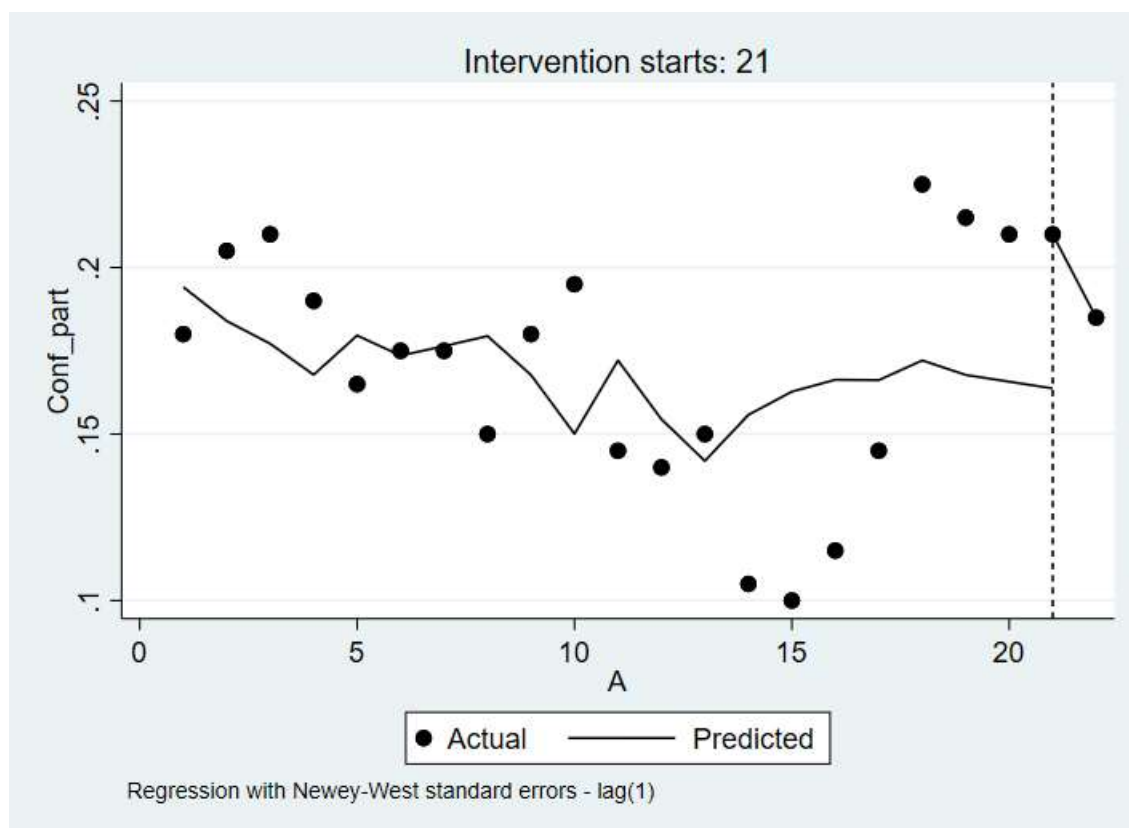
** Significativamente diferente de zero ao nível de significância de 5% (*p value*)

*** Significativamente diferente de zero ao nível de significância de 1% (*p value*)

Os resultados mostram que a pandemia teve um impacto no nível de “Confiança nos partidos”, proporcionando um aumento na ordem dos nove vírgula nove pontos percentuais. Contudo, constatamos que a pandemia não teve impacto na tendência anterior nem na tendência posterior em relação ao nível de “Confiança nos partidos”. Ou seja, a pandemia provocou um aumento no nível de “Confiança nos partidos”, mas não alterou tendências passadas nem futuras, restringindo-se ao impacto no momento da pandemia. A figura seguinte representa os resultados obtidos:

Figura 17

Representação da *Interrupted time series analysis* para a variável dependente “Confiança nos partidos”



Fonte: Elaboração própria

Variável dependente “Confiança no sistema de justiça”

Tabela 10

Resultados da variável dependente “Confiança no sistema de justiça”

Confiança no sistema de justiça	
	Coefficiente (Desvio padrão)
Tendência de confiança no sistema de justiça (período pré-impacto)	0,007*** (0,002)
Impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19	0,062 (0,104)
Alteração na tendência anterior no pós-impacto (comparativamente ao período pré-impacto)	-0,076 (0,129)
Taxa de crescimento real do PIB	0,180 (0,969)
Constante	0,342*** (0,028)
Número de observações	19
F (3, 14)	1711,34
Prob > F	0,0000

Fonte: Elaboração própria

Nota: * Significativamente diferente de zero ao nível de significância de 10% (*p value*)

** Significativamente diferente de zero ao nível de significância de 5% (*p value*)

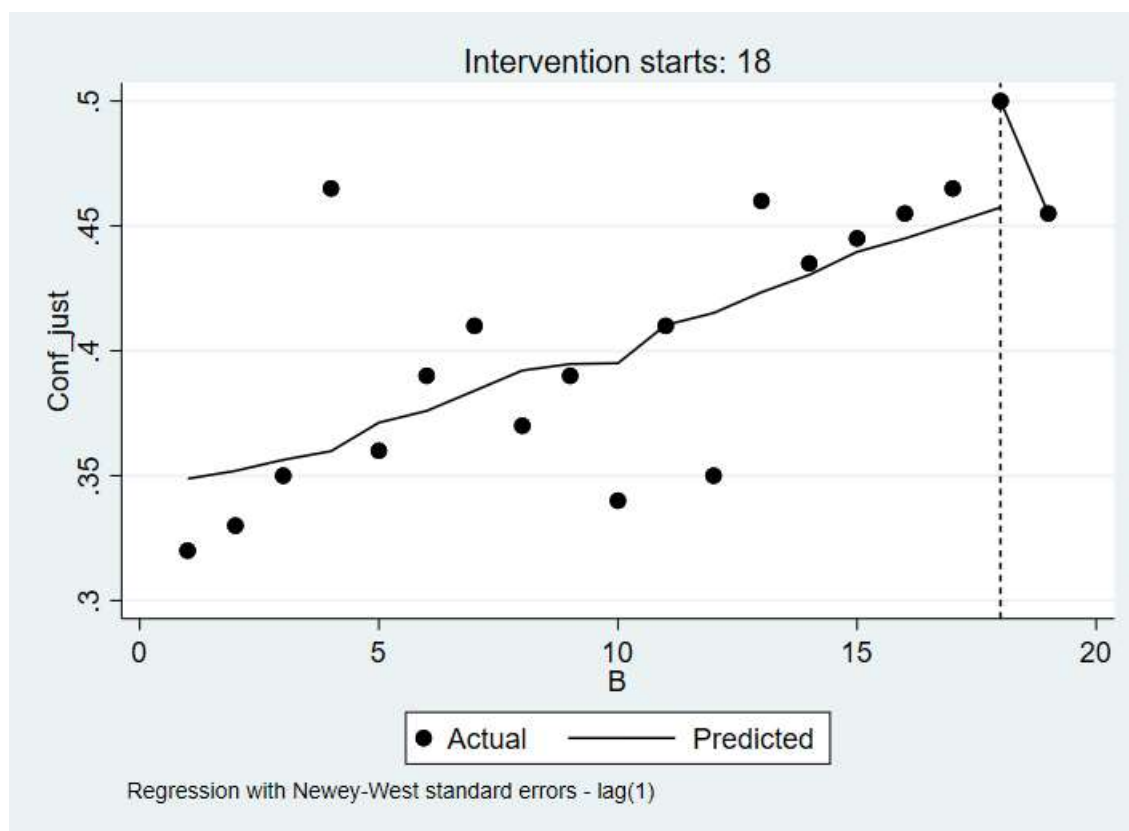
*** Significativamente diferente de zero ao nível de significância de 1% (*p value*)

Os resultados mostram que a pandemia não teve um impacto imediato no nível de “Confiança no sistema de justiça”. Contudo, destacamos a significância do período pré-pandemia, na medida que, ao longo dos anos, verificamos uma tendência de aumento do nível de “Confiança no sistema de justiça”, na ordem dos zero vírgula sete pontos percentuais por ano.

A figura seguinte representa os resultados obtidos:

Figura 18

Representação da *Interrupted time series analysis* para a variável dependente “Confiança no sistema de justiça”



Fonte: Elaboração própria

Variável dependente “Satisfação com a democracia”

Tabela 11

Resultados da variável dependente “Satisfação com a democracia”

Satisfação com a democracia	
	Coefficiente (Desvio padrão)
Tendência de satisfação com a democracia (período pré-impacto)	0,015 (0,009)
Impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19	0,761*** (0,261)
Alteração na tendência anterior no pós-impacto (comparativamente ao período pré-impacto)	-0,933** (0,333)
Taxa de crescimento real do PIB	5,757** (2,489)
Constante	2,045*** (0,072)
Número de observações	21
F (3, 16)	1593,00
Prob > F	0,0000

Fonte: Elaboração própria

Nota: * Significativamente diferente de zero ao nível de significância de 10% (*p value*)

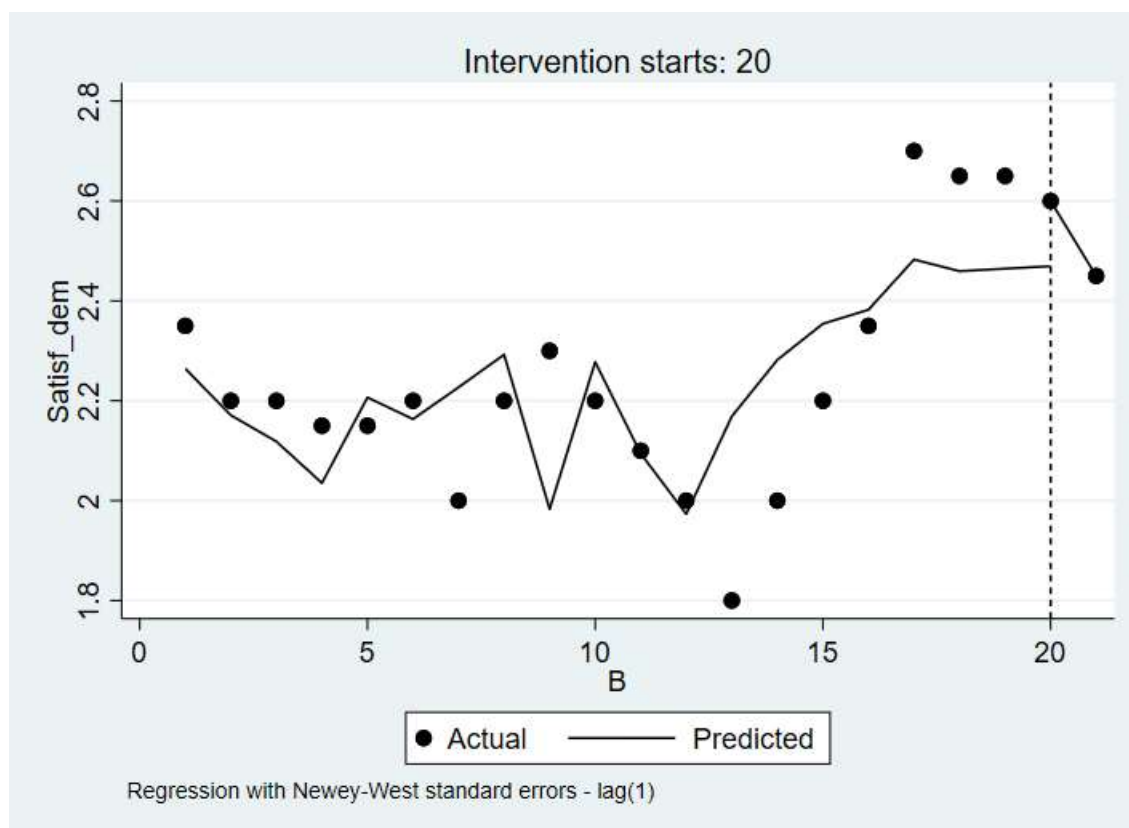
** Significativamente diferente de zero ao nível de significância de 5% (*p value*)

*** Significativamente diferente de zero ao nível de significância de 1% (*p value*)

Os resultados mostram que a pandemia teve um impacto positivo no nível de “Satisfação com a democracia”, na ordem dos setenta e seis vírgula um pontos percentuais. Contudo, destacamos a significância do período pós-impacto da pandemia, na medida que verificamos uma tendência de agravamento no nível de “Satisfação com a democracia”, contrário do que se verificava antes do impacto da pandemia, na ordem dos noventa e três vírgula três pontos percentuais. A figura seguinte representa os resultados obtidos:

Figura 19

Representação da *Interrupted time series analysis* para a variável dependente “Satisfação com a democracia”



Fonte: Elaboração própria

Variável dependente “Interesse político dos cidadãos”

Tabela 12

Resultados da variável dependente “Interesse político dos cidadãos”

Interesse político dos cidadãos	
	Coefficiente (Desvio padrão)
Tendência de interesse político dos cidadãos (período pré-impacto)	0,030** (0,011)
Impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19	0,393*** (0,076)
Alteração na tendência anterior no pós-impacto (comparativamente ao período pré-impacto)	-0,247*** (0,059)
Taxa de crescimento real do PIB	3,275*** (0,478)
Constante	1,887*** (0,078)
Número de observações	13
F (3, 8)	126,59
Prob > F	0,0000

Fonte: Elaboração própria

Nota: * Significativamente diferente de zero ao nível de significância de 10% (*p value*)

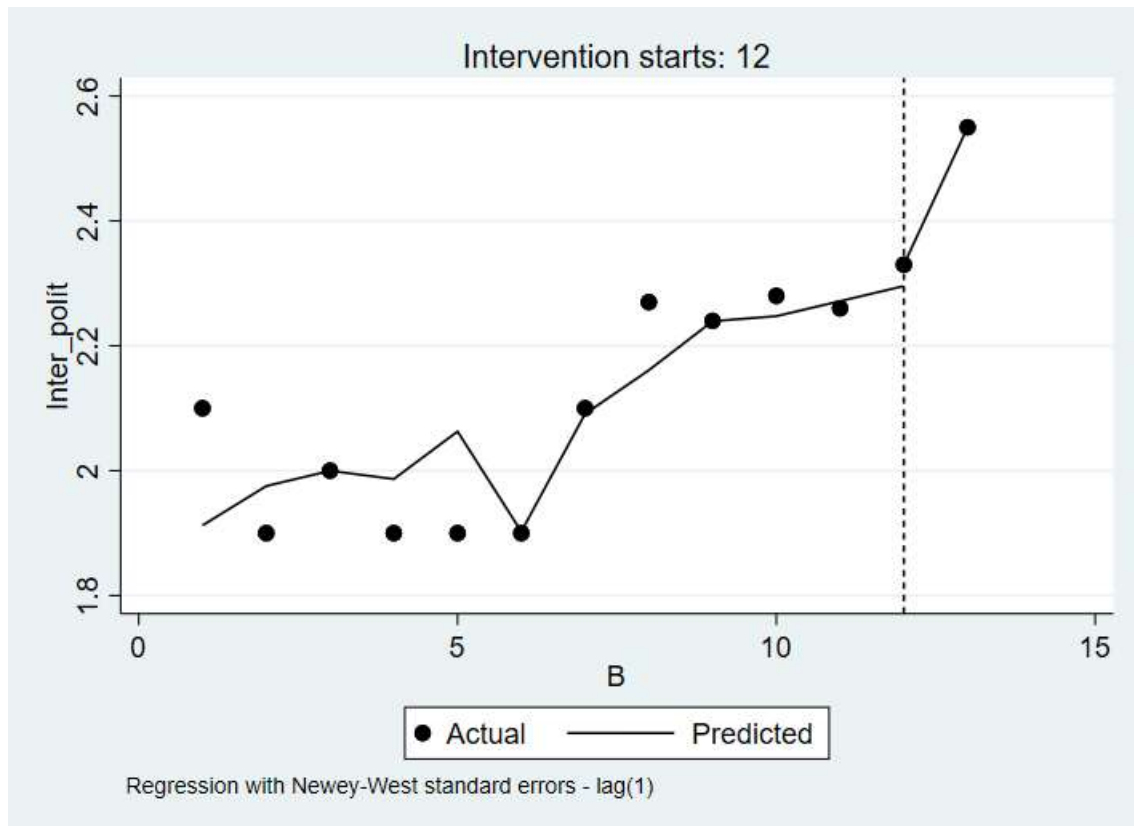
** Significativamente diferente de zero ao nível de significância de 5% (*p value*)

*** Significativamente diferente de zero ao nível de significância de 1% (*p value*)

Os resultados evidenciam que, ao longo dos anos temos verificado uma tendência crescente no nível de “Interesse político dos cidadãos”, na ordem três pontos percentuais por ano. Com o impacto da pandemia constatamos um aumento substancial no nível de “Interesse político dos cidadãos”, na ordem dos trinta e nove vírgula três pontos percentuais. Contudo, no período pós-impacto da pandemia confirmamos uma inversão da tendência na ordem dos vinte e quatro vírgula sete pontos percentuais, o que se traduz numa nova tendência, agora negativa, na ordem dos vinte e um vírgula sete pontos percentuais. A figura seguinte representa os resultados obtidos:

Figura 20

Representação da *Interrupted time series analysis* para a variável dependente “Interesse político dos cidadãos”



Fonte: Elaboração própria

Os resultados obtidos para as diferentes variáveis dependentes permitem-nos fazer uma análise global dos resultados. Contudo, é importante salientar que os resultados estão condicionados pelo fator tempo, na medida que a nossa tendência futura é medida só por dois pontos: o momento do impacto da pandemia e o ano seguinte. Só por si, esta condicionante pode repercutir-se nos resultados alcançados, fazendo deste estudo um trabalho exploratório que deve ser continuado no futuro. Outro fator condicionante é a variável de controlo: a escolha de outro tipo de variável de controlo que não foi aqui contemplada pode refletir-se e proporcionar outro tipo de resultados.

Numa perspetiva geral, é intrínseco a todos os resultados que há uma tendência negativa no período (ano) seguinte ao impacto da pandemia; com maior ou menor intensidade, é inerente

a todas as variáveis uma tendência de diminuição no nível de confiança, na satisfação com a democracia e no interesse político.

Para todas as variáveis dependentes, exceto para a “Confiança no sistema de justiça”, verificamos que o momento do impacto da pandemia é estatisticamente significativo, sempre com um aumento substancial dos níveis de confiança, de satisfação com a democracia e de interesse político.

Para a maioria das variáveis verificamos resultados estatisticamente significativos no pós-impacto da pandemia, indicando que o impacto da pandemia alterou a tendência futura dos resultados. A exceção é a variável dependente “Confiança nos partidos”, na medida que o momento do impacto da pandemia é um resultado estatisticamente significativo, mas não na tendência futura.

A grande exceção é a variável dependente “Confiança no sistema de justiça”. O momento do impacto da pandemia não proporcionou qualquer resultado estatisticamente significativo no nível de confiança nem qualquer repercussão no nível de confiança futura, constatando-se que só os níveis de confiança nos períodos pré-impacto é que eram estatisticamente significativos. Ou seja, a pandemia não provocou uma alteração na tendência de “Confiança no sistema de justiça” que já existia antes do momento do impacto da pandemia.

CONCLUSÃO

O impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19 na qualidade da democracia portuguesa constitui o cerne do nosso estudo. O nosso objetivo passa por perceber o efeito de um choque exógeno – a pandemia – na avaliação da qualidade da democracia portuguesa. O objeto de estudo foi, nessa medida, dirigido, aos níveis de confiança nas instituições políticas, à satisfação com a democracia e ao interesse político da população portuguesa e, temporalmente, ao momento do primeiro impacto da pandemia. Tendo esse objetivo e esse objeto em vista, traçamos como pergunta de investigação central a seguinte: De que forma a pandemia provocada pela doença Covid-19 afetou a qualidade da democracia portuguesa? E como perguntas de investigação secundárias as seguintes: De que forma a pandemia provocada pela doença Covid-19 afetou a confiança nas instituições políticas da democracia portuguesa? De que forma a pandemia provocada pela doença Covid-19 afetou a satisfação com a democracia portuguesa e o interesse político dos cidadãos portugueses?

A partir destas linhas orientadoras iniciamos o nosso trabalho com a análise da literatura sobre as diferentes dimensões do tema, por forma a enquadrar teoricamente a temática e a apresentar o estado da arte sobre o tema.

No enquadramento da temática procuramos explicar dois conceitos fundamentais no domínio da Ciência Política: cultura política e democracia. A cultura política pode ser entendida como um conjunto de crenças e atitudes que um cidadão tem em relação à política, e que está subjacente aos sistemas políticos como um domínio subjetivo ordenado de políticas que dão sentido à política, que disciplinam as instituições e que atribuem relevância social aos atos individuais (Dowse & Hughes, 1986). A democracia pode ser entendida como “uma das várias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se contrapondo às formas autocráticas, como a monarquia e a oligarquia” (Bobbio, 1994, p.7).

No estado da arte procuramos aclarar aqueles que são os fatores essenciais para medir e, conseqüentemente, avaliar os efeitos na qualidade da democracia portuguesa, aplicado no contexto da pandemia provocada pela doença Covid-19. O modelo de análise que definimos (Figura 8) permite-nos compreender a interligação entre as partes e fundamentar a racionalidade do estudo. A avaliação da qualidade da democracia é feita através de um

conjunto de indicadores que estão explanados no estado da arte: confiança nas instituições políticas portuguesas – governo, parlamento, partidos e sistema de justiça –, satisfação com a democracia portuguesa e interesse político dos cidadãos portugueses. Estes indicadores foram já aplicados em vários estudos sobre a qualidade da democracia, como no contexto da crise financeira de dois mil e oito, fundamentando a sua aplicabilidade no nosso estudo; e são elaborados a partir da coleta de opinião dos cidadãos sobre aspetos específicos, entre os quais políticos, que, no tratamento global, permitem avaliar a qualidade da democracia. Tratando-se da opinião do cidadão, devemos considerar que esta é condicionada pela sua cultura política, que influencia a sua perceção sobre as instituições políticas, sobre a democracia e sobre o seu interesse político. Considerando a importância da cultura política, o nosso estudo centra-se no impacto que estes indicadores sofreram quando surgiu a pandemia provocada pela doença Covid-19 – enquanto acontecimento externo – e nas consequências para a qualidade da democracia portuguesa.

Apoiados na literatura existente, desenvolvemos a parte empírica do estudo que permitiria responder às nossas perguntas de investigação. De forma a alcançar o objetivo do nosso estudo enveredamos pelo método de investigação quantitativa, e para validar as hipóteses de investigação aplicamos a técnica das séries temporais interrompidas como técnica de tratamento de dados.

Considerando os trabalhos desenvolvidos por Baekgaard *et al.* (2020), Leininger e Shaud (2020), Merkley *et al.* (2020), Karabulut *et al.* (2021) e Silva *et al.* (2021) sobre o impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19 na qualidade da democracia, elaboramos as nossas hipóteses de investigação.

Os resultados obtidos (Tabela 7) para a hipótese de investigação H1a – O impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19 reforçou o nível de confiança política no Governo português – sugerem a confirmação desta hipótese de investigação. No ano do impacto da pandemia constatamos um reforço substancial no nível de confiança política no Governo português.

Os resultados obtidos (Tabela 8) para a hipótese de investigação H1b – O impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19 reforçou o nível de confiança política no Parlamento português – sugerem a confirmação desta hipótese de investigação. No ano do impacto da pandemia verificamos um reforço no nível de confiança política no Parlamento

português. No pós-impacto confirmamos um agravamento de tendência de descida que já se verificava no pré-impacto.

Os resultados obtidos (Tabela 9) para a hipótese de investigação H1c – O impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19 reforçou o nível de confiança política nos partidos políticos portugueses – sugerem a confirmação desta hipótese de investigação. No ano do impacto da pandemia verificamos um ligeiro reforço no nível de confiança política nos partidos portugueses.

Os resultados obtidos (Tabela 10) para a hipótese de investigação H1d – O impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19 reforçou o nível de confiança política no sistema de justiça português – não permitem validar a hipótese por falta de significância estatística dos resultados.

Os resultados obtidos sugerem a confirmação da hipótese de investigação H1 – O impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19 reforçou o nível de confiança política nas instituições democráticas portuguesas –, mas não validada em todas as dimensões de análise.

Os resultados obtidos (Tabela 11) para a hipótese de investigação H2 – O impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19 reforçou o nível de satisfação com a democracia portuguesa – sugerem a confirmação desta hipótese de investigação. No ano do impacto da pandemia verificamos um substancial reforço no nível de satisfação com a democracia portuguesa.

Os resultados obtidos (Tabela 12) para a hipótese de investigação H3 – O impacto da pandemia provocada pela doença Covid-19 reforçou o nível de interesse político dos cidadãos portugueses – sugerem a confirmação desta hipótese de investigação. No ano do impacto da pandemia verificamos um reforço no nível de interesse político dos cidadãos portugueses. No pós-impacto confirmamos uma inversão da tendência positiva que se verificava no pré-impacto.

A confirmação das hipóteses de investigação H1, H2 e H3 permitem-nos concluir pela confirmação da hipótese de investigação geral – A pandemia provocada pela doença Covid-19 teve um impacto positivo na qualidade da democracia portuguesa –, no qual a pandemia

provocada pela doença Covid-19 teve um impacto positivo na qualidade da democracia portuguesa.

A confirmação da hipótese geral de investigação do estudo permite-nos concluir que alcançamos o objetivo de perceber o efeito que a pandemia teve na avaliação da qualidade da democracia portuguesa. Também nos permite responder às nossas perguntas de investigação, na medida que a pandemia provocada pela doença Covid-19 afetou positivamente a confiança nas instituições políticas da democracia portuguesa, afetou positivamente a satisfação com a democracia e o interesse político dos cidadãos portugueses, o que consequentemente afetou positivamente a qualidade da democracia portuguesa.

Os resultados obtidos permitem-nos olhar para o imediato e perceber de forma evidente que os cidadãos portugueses depositaram confiantemente nas instituições políticas a sua salvaguarda e a orientação dos acontecimentos para a resolução da pandemia. A espelho desta confiança num momento de crise, devemos olhar para o estado moderno como resultado de um contrato social que visa retirar os indivíduos do estado natureza, garantindo-lhes que não ficam sem proteção contra perigos e riscos imprevistos. As funções do Estado e a percepção que os cidadãos têm das suas funções estão intrinsecamente ligadas à história da nação. Em Portugal, numa cultura política marcada pela história recente, há um entendimento paternalista do Estado que perdura até aos dias de hoje, e foi isso que os portugueses esperaram das instituições políticas quando a pandemia surgiu. As pessoas estavam com medo e queriam que as instituições políticas tomassem medidas e todas elas reagiram em conformidade: o governo decretou o confinamento, o parlamento aprovou as medidas do governo e os partidos não restringiram a ação do governo. Tal como os nossos resultados evidenciaram, tudo isto reforçou a confiança dos portugueses nas instituições políticas, na satisfação com a democracia pela resposta do regime à pandemia e também fomentou o interesse político dos portugueses. Contudo, a percepção positiva que os portugueses tiveram das medidas adotadas pelas instituições políticas no primeiro impacto da pandemia foi desvanecendo com a sua evolução. A realidade defraudou as expectativas das pessoas quando perceberam que não é possível controlar tudo, não é possível resolver todos os problemas, não é possível ajudar todos de forma igual, muito menos numa pandemia. A insatisfação com a solução oferecida pelas instituições políticas refletiu-se nas tendências de descida verificadas.

O nosso estudo acarreta um conjunto de características que o torna relevante no momento em que foi desenvolvido. O fator tempo sublinha a característica exploratória e inovadora do estudo. A decisão de avançar com a investigação pouco tempo após o primeiro impacto da pandemia trouxe um conjunto de limitações como a escassez de literatura e de dados que fortalecessem a componente teórica e empírica do estudo. Mais literatura disponível poderia indicar, por exemplo, outros indicadores de avaliação. Mais dados disponíveis reforçariam a tendência pós-impacto e provavelmente um conjunto de resultados e conclusões diferentes. A compreensão adequada dos efeitos da pandemia pressupunha que os três elementos – pré-impacto, momento do impacto e pós-impacto – estivessem bem delimitados no tempo. Mesmo assim, fizemos a análise considerando o período antes do impacto, o momento do impacto e o período de um ano após o impacto – limitação temporal de elaboração do nosso estudo –, mas recomendamos uma análise futura com os três elementos devidamente definidos. Estas limitações dotaram o nosso estudo de uma característica exploratória, fomentando a investigação académica para um acontecimento tão relevante e que trará consequências para o futuro das sociedades, entre as quais consequências políticas. À característica exploratória juntamos a característica inovadora do estudo, na medida que a ousadia de explorar caminhos pouco trilhados permite acrescentar mais uma pedra no muro da investigação científica.

Além disso, abre o leque a um conjunto de investigações futuras como corrigir as limitações detetadas, aplicar o estudo num sistema comparativo entre países, aplicar o estudo a outras fases da pandemia ou num sistema comparativo de avaliação da qualidade da democracia portuguesa antes e depois da pandemia. Também poderá ser importante compreender se a gestão da pandemia predispôs as pessoas a aceitarem um exercício mais autoritário e iliberal do poder político, mostrando como a satisfação com a democracia enquanto mecanismo de poder direto nos pode conduzir a regimes não liberais de democracia. Para as investigações futuras salientamos que poderá haver uma dificuldade de circunscrever com precisão os impactos da gestão política da pandemia por causa da guerra na Europa, na medida que não houve um interregno temporal entre a invasão russa à Ucrânia e a pandemia provocada pela doença Covid-19.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almond, G. & Verba, S. (1963). *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Sage.
- Almond, G. & Verba, S. (1989). *The civic culture revisited*. Sage.
- Amaral, D. (2014). *Uma introdução à Política*. Bertrand Editora.
- Amat, F., Arenas, A., Faló-Gimeno, A. & Muñoz, J. (2020). Pandemics meet democracy: Experimental evidence from the COVID-19 crisis in Spain. *SocArXiv Papers*. <https://osf.io/preprints/socarxiv/dkusw>
- Bækgaard, M., Christensen, J., Madsen, J. & Mikkelsen, K. (2020). Rallying around the flag in times of Covid-19: Societal lockdown and trust in democratic institutions. *Journal of Behavioral Public Administration*, 3(2), 1-12.
- Barney-Barry, C. & Hody, C. (1995). *The politics of change*. St. Martin's Press.
- Beetham, D., Carvalho, E., Landman, T., Weir, S. (2008). *Assessing the quality of democracy: A practical guide*. International Institute for Democracy and Electoral Assistance.
- Belchior, A. (2015). *Confiança nas instituições políticas*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Bernal, J., Cummins, S. & Gasparrini, A. (2016). Interrupted time series regression for the evaluation of public health interventions: A tutorial. *International Journal of Epidemiology*, 2017, 348-355.
- Bessa, A. (1997). *O trabalho das ideias*. Edições ISCSP.
- Bobbio, N. (1994). *Liberalismo e democracia* (6ª ed.). Editora Brasileira.
- Bol, D., Giani, M., Blais, A. & Loewen, P. (2021). The effect of COVID-19 lockdowns on political support: Some good news for democracy? *European Journal of Political Research*, 60, 497-505.
- Campbell, D. & Stanley, J. (1963). *Experimental and quasi-experimental designs for research*. Houghton Mifflin Company.
- Campbell, A. (2012). Policy makes mass politics. *Annual Review of Political Science*, 15(1), 333-351.
- Cancian, R. (2021, setembro 09). *Cultura política - abordagem culturalista - Estudos foram influenciados pelo determinismo*. <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/cultura-politica---abordagem-culturalista-estudos-foram-influenciados-pelo-determinismo.htm>
- Carmo, H. (1998). *Metodologia de investigação científica*. Universidade Aberta.

- Coêlho, I. (1998). *Política Aristóteles* (Edição bilingue, 1ª Ed.). Vega.
- Coleman, J. (1989). Rationality and the justification of democracy. Em G. B. Lomasky, *Politics and process* (pp. 194-221). Cambridge University Press.
- Constant, B. (1985). Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. *Revista Filosófica Política*, 2.
- Coppedge, M. (2004). Quality of democracy and its measurement. Em G. O'Donnell, J. Culllell & O. Iazzetta (Eds.), *The quality of democracy: Theory and applications* (pp. 239-248). University of Notre Dame Press.
- Coppedge, M., Gerring, J., Altman, D., Bernhard, M., Fish, S., Hicken, A., Kroenig, M., Lindberg, S., McMann, K., Paxton, P., Semetko, H., Skaaning, S., Staton, J. & Teorell, J. (2011). Conceptualizing and measuring democracy: A new approach. *Perspectives on Politics*, 9(2), 247-267.
- Coppedge, M. (2012). *Democratization and Research Methods*. Cambridge University Press.
- Cordero, G. & Simón, P. (2015). Economic crisis and support for democracy in Europe. *West European Politics*, 39(2). <http://dx.doi.org/10.1080/01402382.2015.1075767>
- Cruz, B. (1995). *Teorias sociológicas: Os fundadores e os clássicos* (2ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dahl, R. (1971). *Polyarchy: Participation and opposition*. Yale University Press.
- Dalton, R. (1999). Political support in advanced industrial democracies. Em P. Norris (Ed.), *Critical citizens: Global support for democracy governance*. Oxford University Press.
- Dalton, R., Shin, D. & Jou, W. (2007). Understanding democracy: Data from unlikely places. *Journal of Democracy*, 18(4), 142-156.
- Diamond, L. & Morlino, L. (2005). *Assessing the quality of democracy*. The John Hopkins University Press.
- Dogan, M. (1996). Political Science and the other Social Sciences. Em R. E.-K. (Eds.), *The new handbook of political science* (pp. 97-130). Cambridge University Press.
- Dowse, R & Hughes, J. (1986). *Political sociology* (2ª ed.). John Wiley & Sons.
- Easton, D. (1965). *A system analysis of political life*. Wiley.
- Easton, D. (1975). A re-assessment of the concept of political support. *British Journal of Political Science*, 5(4), 435-457.
- Engler, S., Brunner, P., Loviat, R., Abou-Chadi, T., Leemann, L., Glaser, A. & Kübler, D. (2021). Democracy in times of the pandemic: explaining the variation of COVID-19 policies across European democracies. *West European Politics*, 44(5-6), 1077-1102.

- Eurobarometer. (2022, março 04). *Standard eurobarometer*.
<https://europa.eu/eurobarometer/surveys/browse/all/series/4961>
- Fernandes, P. (2021). Nós, os ex-liberais. Em B. Reis, *Um mundo de incertezas; as leituras possíveis de um tempo pandémico* (pp. 149-168). NIP-C@M & UAL.
- Fetzer, T., Hensel, L., Hermle, J. & Roth, C. (2020). Coronavirus perceptions and economics anxiety. Forthcoming, *Review of Economics and Statistics*.
<https://arxiv.org/pdf/2003.03848.pdf>
- Freire, A. (2003). Desempenho da democracia e reformas políticas: O caso português em perspectiva comparada. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, 133-160.
- Freire, A., Magalhães, P. & Santo, A. (2003). Thinner than thin? Political culture and political action in Portugal. *IOC Discussion Papers*, 18. Institute of Oriental Culture, University of Tokyo.
- Fuchs, D., Guidorossi, G. & Svensson, P. (1998). Support for the democratic system. Em H.-D. Klingemann e D. Fuchs (Eds.), *Citizens and the state* (pp. 323-353). Oxford University Press.
- Gadarian, S., Goodman, S. & Pepinsky, T. (2020). Partisan endorsement experiments do not affect mass opinion on COVID-19. *SSRN*.
https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3574605
- Geertz, C. (1983). *Local knowledge*. Basic Books.
- Glass, G., Wilson, V. & Gottman, J. (1975). *Design and analysis of time-series experiments*. Colorado Associated University Press Boulder.
- Grossman, G., Kim, S., Rexer, J. & Thirumurthy, H. (2020). Political partisanship influences behavioral responses to governors? Recommendations for COVID-19 prevention in the United States. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. <https://www.pnas.org/content/117/39/24144>
- Healy, A. & Malhotra, N. (2009). Myopic voters and natural disaster policy. *American Political Science Review*, 103(3), 387-406.
- Hetherington, M. (1998). The political relevance of political trust. *American Political Science Review*, 92(4), 791-808.
- Hetherington, M. & Husser, J. (2012). How trust matters: The changing political relevance of political trust. *American Journal of political science*, 56(2), 312-325.
- Huntington, S. (1994). *A terceira onda: A democratização no final do século XX*. Ática.
- Inglehart, R. (2002). Cultura e democracia. Em L. H. Huntington, *A cultura importa: Os valores que definem o progresso humano* (pp. 133-154). Record.
- Karabulut, G., Zimmermann, k., Bilgin, M. & Doker, A. (2021). Democracy and Covid-19 outcomes. *Economics Letters*, 203, 1-4.

- Karl, T. (2000). Electoralism. Em R. R. al., *The international encyclopedia of elections*. Congressional Quarterly Press.
- Klingemann, H.-D. (1999). Mapping political support in the 1990s: a global analysis. Em P. Norris, *Critical citizens: Global support for democratic governance*. Oxford University Press.
- Klingemann, H.-D. (2014). Dissatisfied democrats: Democratic maturation in old and new democracies. Em R. Dalton & C. Welzel (Eds.), *The civic culture transformed: From allegiant to assertive citizens* (pp. 116-157). Cambridge University Press.
- Krastev, I. (2021, Março 29). *Is it tomorrow yet?: Paradoxes of the pandemic*. The Forum Network. <https://www.oecd-forum.org/posts/is-it-tomorrow-yet-paradoxes-of-the-pandemic-by-ivan-krastev>
- Leininger, A. & Shaub, M. (2020). Voting at the dawn of a global pandemic. *SocArXiv Papers*. <https://osf.io/preprints/socarxiv/a32r7>
- Levitsky, S. & Way, L. (2010). *Competitive authoritarianism*. Cambridge University Press.
- Lijphart, A. (1989). *As democracias contemporâneas* (1ª ed.). Gradiva.
- Linden, A. (2015). Conducting interrupted time-series analysis for single- and multiple-group comparisons. *The Stata Journal*, 15(2), 480-500.
- Linz, J. (1995). *La quiebra de las democracias*. Alianza Universidad.
- Lipset, S. (1959). Some social requisites of democracy: Economic development and political legitimacy. *The American Political Science Review*, 53(1), 69-105.
- Marien, S. (2011). Measuring political trust across time and space. Em M. Hooghe & S. Zmerli (Eds.), *Political trust: Why context matters* (pp. 13-46). ECPR Press.
- Marien, S. & Hooghe, M. (2011). Does political trust matter? An empirical investigation into the relation between political trust and support for law compliance. *European Journal of Political Research*, 50, 267-291.
- Marques, F. (2021, dezembro 4). *Coligação "semáforo" ratificada pelo SPD: começa o fim da era Angela Merkel*. Euronews. <https://pt.euronews.com/2021/12/04/coligacao-semaforo-ratificada-pelo-spd-comeca-a-concretizar-se-o-fim-de-angela-merkel>
- Merkley, E., Bridgeman, A., Loewen, P., Owen, T., Ruths, D. & Zhilin, O. (2020). A rare moment of cross-partisan consensus: Elite and public response to the COVID-19 pandemic in Canada. *Cambridge University Press*, 53, 311-318.
- Mishler, W. & Rose, R. (2001). What are the origins of political trust? Testing institutional and cultural theories in post-communist societies. *Comparative Political Studies*, 34(1), 30-62.
- Morlino, L. (2009). *Democracias e democratizaciones*. Centro de Investigaciones Sociológicas.

- Muro, D. & Vidal, G. (2016). Political mistrust in Southern Europe since the great recession political. *Mediterranean Politics*, 22(2), 197-217.
- Norris, P. (1999). *Critical citizens: Global support for democratic government*. Oxford University Press.
- North, D. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge University Press.
- Pasquino, G. (2002). *Curso de Ciência Política*. Principia.
- Pateman, C. (1992). *Participação e teoria democrática*. Editora Paz e Terra.
- Patterson, S. (1970). The political cultures of the American States. Em D. & Rosenbaum, *Political opinion and behavior: Essays and studies* (2ª ed., pp. 105-124). Wadsworth Publishing Company.
- Plattner, M. (2005). A skeptical perspective. Em L. Diamond & L. Morlino (Eds.), *Assessing the quality of democracy* (pp. 77-81). The John Hopkins University Press.
- Pordata. (2022, março 04). *Taxa de crescimento real do PIB*. <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+crescimento+real+do+PIB-2298>
- Porta, D. (2013). *Can democracy be saved? Participation, deliberation and social movements*. Polity Press.
- Portal de Opinião Pública. (2021, outubro 20). *Confiança no parlamento*. <https://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/confianca-no-parlamento/pt/?colors=pt-0>
- Portal de Opinião Pública. (2021, outubro 22). *Confiança no governo*. <https://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/confianca-no-governo/pt/?colors=pt-0>
- Portal de Opinião Pública. (2021, outubro 24). *Confiança nos partidos políticos*. <https://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/confianca-nos-partidos-politicos/pt/?colors=pt-0>
- Portal de Opinião Pública. (2021, outubro 26). *Confiança na justiça*. <https://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/confianca-na-justica/pt/?colors=pt-0>
- Portal de Opinião Pública. (2021, novembro 02). *Satisfação com a democracia*. <https://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/satisfacao-com-a-democracia/pt/?colors=pt-0>
- Portal de Opinião Pública. (2021, novembro 04). *Interesse na política*. <https://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/interesse-na-politica/pt/?colors=pt-0>
- Putnam, R., Leonardi, R., Nanetti, Y. & Pavoncello, F. (1983). Explaining institutional success: The case of Italian regional government. *The American Political Science Review*, 77(1), 55-74.

- Putnam, R. (1993). *Making democracy work: Civic traditions in modern Italy*. Princeton University Press.
- Rousseau, J. (1999). *O contrato social: Princípios do direito político - J.-J. Rousseau (3ª ed.)*. (A. d. Danesi, Trad.). Livraria Martins Fontes Editora.
- Ruiz-Rufino, R. & Alonso, S. (2017). Democracy without choice: Citizens' perceptions of government's autonomy during the Euro-Zone crisis. *European Journal of Political Research*, 56(2), 230-245.
- Sanders, D. & Bellucci, P. (2012). Informal political engagement in Europe, 1975–2007. Em D. Sanders, P. Magalhães & G. Tóka (Eds.), *Citizens and the European polity* (pp. 39-64). Oxford University Press.
- Sarmiento, C. (2008). *Os guardiões dos sonhos: Teorias e práticas dos anos 60*. Edições Colibri.
- Schumpeter, J. (2013). *Capitalism, socialism and democracy*. Routledge.
- Shadish, W., Cook, T. & Campbell, D. (2002). *Experimental and quasi-experimental designs for generalized causal inference*. Houghton Mifflin Company.
- Shin, D. (2005). Democratization: perspectives from global citizenries. Em R. D.-D. Klingemann, *The oxford handbook of political behavior*. Oxford University Press.
- Silva, P., Costa, E. & Moniz, J. (2021). A portuguese miracle: The politics of the first phase of Covid-19 in Portugal. *South European Society and Politics*. DOI:10.1080/13608746.2021.1979741
- Sousa, M. & Baptista, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios – Segundo Bolonha*. Pactor.
- Tarrow, S. (1996). Making social science work across space and time: A critical reflection on Robert Putnam's making democracy work. *The American Political Science Review*, 90(2): 389-397.
- Teixeira, C. & Freire, A. (2010). Decline, transformation and trust in parliaments: The Portuguese case in a longitudinal and comparative Perspective. *Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*, 1(1), 24-37.
- Teixeira, C., Tsatsanis, E. & Belchior, A. (2014). Support for democracy in times of crisis: Diffuse and specific regime support in Portugal and Greece. *South European Society and Politics*, 19(4), 501-518.
- Teixeira, C. (2018). *Qualidade da democracia em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Tocqueville, A. de (1994 [1835-1840]). *Democracy in America*, vol. I. Everyman's Library.

- Torcal, M. & Montero, J. (2006). Political disaffection in comparative perspective. Em M. Torcal & J. Montero (Eds.), *Political disaffection in contemporary democracies: Social capital, institutions and politics* (1ª ed., pp. 3-19). Routledge.
- Torcal, M. & Magalhães, P. (2009). *Political culture in southern Europe: Searching for exceptionalism*.
<http://www.pedro-magalhaes.org/PDFs/PoliticalCultureinSouthernEuropemarc.pdf>
- Torcal, M. (2014). The decline of political trust in Spain and Portugal: Economic performance or political responsiveness? *American Behavioral Scientist*, 58(12), 1542-1567.
- Wagner, A., Soumerai, S., Zhang, F. & Ross-Degnan, D. (2002). Segmented regression analysis of interrupted time series studies in medication use research. *Journal of Clinical Pharmacy and Therapeutics*, 27(4), 299-309.
- Worms, J.-P. (2002). France: Old and new civic and social ties in France. Em R. Putnam (Ed.), *Democracies in flux: The evolution of social capital in contemporary society* (pp. 137-188). Oxford University Press.

ANEXO

Anexo I

Conceções de democracia

	Princípios	Instituições
Eleitoral (Elitista, minimalista, realista, Shumpetariana)	Contestação Competição	Eleições Partidos políticos Competitividade e negociação
Liberal (Consensual, pluralista)	Governo limitado Veto político e <i>accountability</i> horizontal Direitos humanos, liberdades civis e transparência	Independente e descentralizada Meios de comunicação e grupos de interesse Constituição escrita e garantias explícitas
Maioritária (Governo responsável)	Regra da maioria Centralização <i>Accountability</i> vertical	Consolidada e centralizada com especial destaque para o papel dos partidos políticos
Participativa	Governo pelo povo	Lei laboral, sociedade civil, governo local Democracia direta
Deliberativa	Governo pela razão	<i>Media</i> Audições Painéis e órgãos deliberativos
Igualitária	Igualdade política	Igualdade de participação Representação, proteção e recursos politicamente relevantes

Fonte: Coppedge *et al.* (2011)

Anexo II

Princípios e valores democráticos

Valores	Exigências institucionais	Meios de realização
Participação	Direitos de participação Recursos de participação Agências de participação Cultura participativa	Direitos civis, económicos, sociais e culturais Eleições, partidos, organizações não governamentais, educação
Autorização	Validação da Constituição Escolha dos titulares de cargos Controlo dos eleitos sobre o pessoal executivo não eleito	Referendos Eleições livres e justas Sistema de subordinação dos funcionários eleitos
Representação	Legislatura representativa Instituições representativas da composição social do eleitorado	Sistema político eleitoral e partidário e leis contra a discriminação
<i>Accountability</i>	Linhas claras de <i>accountability</i> Sistema judicial civil e integrante	Estado de Direito e processo de auditoria independente
Transparência	Governos abertos ao escrutínio legislativo e público e ao debate	Leis de liberdade de informação Meios de comunicação independentes e debates nacionais
Responsabilidade	Acessibilidade de governo aos eleitores e diferentes sessões de opinião pública na formulação e implementação de medidas	Procedimentos sistemáticos e acessíveis Governos locais
Solidariedade	Diversidade	Apoio aos governos democráticos e às lutas populares democráticas Educação cívica e direitos humanos

Fonte: Beetham *et al.* (2008)